

Nº608 - JUL'25 - €1,50

R E V I S T A  D A
A R M A D A



PLANETÁRIO DE MARINHA
60 ANOS DE DESLUMBRAMENTO E CONQUISTAS

MENSAGEM DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DO DIA DA MARINHA

20 DE MAIO DE 2025

Exmo. Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada,

Almirante Jorge Nobre de Sousa,

Comemora-se hoje o Dia da Marinha, instituição com mais de 7 séculos de história, cuja data da sua celebração é tão simbólica quanto importante, assinalando o dia em que a Armada de Vasco da Gama chegou à Índia, em 20 de maio de 1498.

Neste dia, o Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, evoca todos aqueles que serviram e servem na Marinha, herdeiros das tradições navais e da vocação marítima de uma Nação, que deu novos mundos ao mundo, e que continua, hoje e sempre, a desempenhar um papel fundamental na defesa militar da República e na satisfação de compromissos internacionais.

Num contexto global de incerteza, a Marinha tem dado vivo testemunho da sua competência, rigor e prontidão, nos diversos teatros de operações em que está inserida, seja no âmbito nacional, ou de organizações internacionais como as Nações Unidas, a NATO, a União Europeia ou em acordos bilaterais e multilaterais.

Essa foi sempre a fibra de ser Marinheiro: servir a Pátria, sem alarde, mas com elevado brio e sentido de missão.

O Comandante Supremo das Forças Armadas agradece, na pessoa do seu Comandante, à Armada e aos seus militares, militarizados e civis, por tudo o que tendes dado e continuareis a dar a Portugal no futuro.

Uma palavra especial para todos aqueles, que hoje estão em missão no Continente, nas Regiões Autónomas, e por todo o Mundo, ao serviço de Portugal.

Muitos Parabéns à Marinha, em nome de todos os portugueses.

Marcelo Rebelo de Sousa

Lisboa, Palácio de Belém, 19 de Maio de 2025



Foto SCH CM Dias Matias



SUMÁRIO

- 06** Tomadas de Posse
- 08** NRP *D. Francisco de Almeida*
– Exercício *Dynamic Mariner* – *Flotex 2025*
– Exercício MARE APERTO 25
e Operação CLEMENCEAU 25
- 14** Comando da Zona Marítima dos Açores
Dia do Comando
- 16** Navios de Patrulha Oceânicos | 3ª SÉRIE
Corte da Primeira Chapa
- 20** Vidas com História
Comandante Conceição Silva | O Astrónomo
- 22** Guerra no Pacífico – A Batalha do Golfo de Leyte
- 23** Gentes, Monumentos e Acontecimentos (8)
- 28** Prémios'24 – Revista da Armada
- 29** Encerramento das celebrações
25º Aniversário do Centro de Medicina Naval
- 30** Centro de Educação Física da Armada
Encerramento do Ano Desportivo 2024
- 31** Vigia da História ~ 145
- 32** Convívios e Encontros
- 33** Quarto de Folga
- 34** Notícias Pessoais
- 35** Curiosidades
- CC** Marinha Portuguesa em Selos (XIV)

DESTAQUES

- 02** Mensagem de sua Excelência
o Presidente da República por ocasião
do Dia da Marinha – 20 de maio 2025
- 04** 10 de junho
Dia de Portugal, de Camões
e das Comunidades Portuguesas
- 17** Planetário de Marinha
60 anos de deslumbramento e conquistas

Capa

Planetário de Marinha – 60 anos de deslumbramento e conquistas

Foto 1SAR B Jorge Silva

Diretor

CALM AN António Carlos Dias Gonçalves

Subdiretor

CTEN TSN – COM Ana Alexandra Gago de Brito

Coordenador da Redação

STEN TN (RP) Ana Catarina Marques Gomes

Designer Gráfico

STEN TSN (DSG) Mariana Gonçalves Lage

Secretário da Redação

SCH CM Paulo Jorge Dias Matias

Administração, Redação e Edição

Revista da Armada – Edifício das Instalações
Centrais de Marinha – Rua do Arsenal
1149 – 001 Lisboa – Portugal
Telef. +351 211 593 251

Redação

revista.armada@marinha.pt

Secretaria/Assinaturas

ra.secretaria@marinha.pt
Telef. +351 211 593 251

Estatuto Editorial

[www.marinha.pt/pt/Serviços/Paginas/
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Serviços/Paginas/revista-armada.aspx)

Paginação eletrónica e produção

AVCprint – Artes Gráficas
Rua dos Juncais nº 2-A
2665-241 Malveira
Telef. +351 219 750 561
(Chamada para rede fixa nacional)

Publicação Oficial da Marinha

Periodicidade mensal
Nº 608 / Ano LV
Julho 2025

Tiragem média mensal

3250 exemplares

Revista registada na ERC

Registo nº 127719
Depósito legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Propriedade

Marinha Portuguesa
NIPC 600012662



REVISTA DA
ARMADA



10 DE JUNHO

DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

A cidade de Lagos, no Algarve, foi o palco das comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, entre os dias 4 e 10 de junho de 2025.

Inserida no quadro das celebrações, realizadas sob a liderança da Presidência da República e coordenadas pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), a Marinha Portuguesa participou, ativamente, enquanto Ramo das Forças Armadas, numa vasta programação que evocou o passado, o presente e o futuro da identidade nacional e da ligação secular de Portugal ao mar.

Lagos, cidade profundamente marcada pelos Descobrimientos, foi o cenário ideal para acolher esta celebração, cujo simbolismo marítimo e histórico reforçou a importância da Marinha nas Forças Armadas e na sociedade portuguesa. Ao longo da semana comemorativa, a Marinha contribuiu com uma forte presença institucional, operacional e simbólica, revelando-se elemento central na concretização dos objetivos delineados pelo EMGFA para este evento.

A exposição das Forças Armadas incluiu uma das vertentes mais visíveis da participação da Marinha. Organizada em conjunto com o Exército e com a Força Aérea, a exposição permitiu aos cidadãos o contacto direto com diversos meios operacionais, viaturas e sistemas tecnológicos utilizados pela Marinha nas suas diversas missões. Através de uma abordagem interativa e educativa, os visitantes tiveram a oportunidade de explorar a evolução da Marinha, desde os tempos dos navegadores até ao presente, valorizando o papel que esta desempenha na proteção da soberania marítima nacional. Realça-se, também, a exposição museológica “Vasco da Gama e a Índia”, amplamente elogiada

pelo executivo municipal e que se manteve até dia 15 de junho, após o encerramento das comemorações.

Entre os destaques da exposição conta-se uma mostra de armamento ligeiro, organizada com a colaboração dos Fuzileiros, uma pista de *airsoft* conjunta dos três Ramos das Forças Armadas, uma torre de escalada, passeios nos botes dos Fuzileiros e batismos na Lancha Anfíbia de Reabastecimento e Carga (LARC-V). Realizou-se ainda uma demonstração cinotécnica pelo Núcleo Cinotécnico da Marinha, que evidenciou a capacidade de deteção de estupefacientes e explosivos dos binómios operacionais, sublinhando a elevada especialização desta valência no contexto das missões militares.

Nesta exposição, marcaram também presença o Centro de Experimentação Operacional de Veículos Não Tripulados (CEOV), os sistemas não tripulados operados pela Unidade X31, um helicóptero *Lynx* MK-95, a Escola Naval (EN) e o Centro de Recrutamento da Armada.

Na cerimónia militar, que decorreu na manhã do dia 10 de junho, a Marinha integrou as forças em parada com: uma companhia da EN, no batalhão dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar; uma companhia da Escola de Tecnologias Navais, inserida no batalhão dos Estabelecimentos de Formação dos Ramos; e um batalhão da Marinha, comandado pelo CFR Santos Fernandes, e que incluiu companhias da Superintendência do Pessoal e das Unidades Navais e em Terra do Comando Naval.

Merece especial destaque nesta cerimónia a homenagem aos militares que faleceram ao serviço de Portugal e



Foto CMG Farinha Alves



Fotos SCH A. Ferreira Dias

a cerimónia de condecoração, com a atribuição, inédita, do Grande-Colar da Ordem Militar de Avis ao General Ramalho Eanes, distinguindo os seus altos serviços prestados às Forças Armadas e à Nação. Salienta-se também o discurso do Presidente da República, que enalteceu o papel permanente e estruturante das Forças Armadas, afirmando que “estão na nossa história desde que nascemos”.

Antes do desfile das forças em parada, houve oportunidade de assistir a uma passagem de meios aéreos, com 17 aeronaves, onde se incluiu a participação de um helicóptero Lynx MK-95A, da Marinha.

Após a passagem das Forças em parada, desfilou também, em marcha acelerada e a entoar o “Grito dos Fuzileiros”, uma força de Fuzileiros, equipada para combate, comandada pelo CFR FZ Rocha Rei. A encerrar o desfile, seguiu-se uma força motorizada que incluiu meios do Corpo de Fuzileiros e do CEOV.

Um dos momentos mais marcantes destas cerimónias foi o desfile dos meios navais em saudação à cidade de Lagos, num gesto de homenagem que evocou a histórica ligação desta cidade ao mar e à epopeia dos Descobrimentos.

Na tarde do dia 10 de junho desfilaram na frente de mar da cidade de Lagos o NRP *D. Francisco de Almeida*, o NRP *Viana do Castelo*, o NRP *Andrómeda*, o NRP *Tejo* e o NRP *Cassiopeia*. O NRP *Sagres* foi o último navio a passar, com o seu pano todo içado e caçado, ostentando a cruz de cristo nas suas velas.

Esta homenagem à cidade de Lagos, que teve muitas pessoas presentes a assistir na frente de mar, reforçou a presença simbólica e operacional da Marinha enquanto Ramo das Forças Armadas e guardiã da tradição marítima nacional.

Paralelamente às cerimónias e exposições, decorreram concertos das bandas militares dos três Ramos, da Orquestra Ligeira do Exército e da Orquestra do Algarve, que animaram a cidade com repertórios militares, clássicos e populares, contribuindo para o espírito festivo e de proximidade com a população. A Banda da Armada, dirigida pelo Maestro CFR MUS Délio Gonçalves, protagonizou um concerto muito animado na noite do dia 7 de junho.

A forte presença nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Lagos, com particular destaque para os mais de 900 militares da Marinha que participaram diretamente, em terra e no mar, reforçam um compromisso permanente com o serviço à Pátria, a coesão nacional e a valorização da herança marítima. Foi uma semana de celebração e partilha, em que o mar, a história e a cidadania convergiram numa cidade histórica da portugalidade.



Colaboração do **SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS**



TOMADAS DE POSSE

VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

O VALM Pedro Sousa Costa tomou posse como Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (VCEMA) no dia 16 de junho, rendendo no cargo o VALM Aníbal Soares Ribeiro.

A cerimónia, realizada na Casa da Balança, foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), Almirante Jorge Nobre de Sousa, e contou com a presença de antigos CEMA e VICE-CEMA, diversos Oficiais Gerais, Oficiais, Sargentos, Praças e Civis da Marinha, bem como representantes de outros ramos das Forças Armadas e de várias entidades externas.

No seu discurso de tomada de posse, o VALM Sousa Costa começou por agradecer a presença de todos e por expressar publicamente a honra e o privilégio que sentia “por merecer a confiança do Almirante CEMA para o exercício do cargo de VCEMA”, estando ciente das exigências da função, que abraçaria com total lealdade, disponibilidade e entusiasmo.

O VCEMA mencionou que, face aos desafios que a Marinha enfrenta, será essencial que o Estado-Maior da Armada “prossiga a sua atuação com rigor, visão e pragmatismo, antecipando soluções, estudos e propostas que respondam com eficácia às exigências operacionais e aos recursos disponíveis, sendo indispensável a cooperação, a participação e o debate alargado nas questões essenciais”. Neste contexto, o VALM Sousa Costa afirmou comprometer-se a “dar continuidade ao planeamento estratégico em vigor, alinhando a minha ação com as orientações superiores”, mantendo uma avaliação “serena e objetiva dos processos internos, promovendo os ajustamentos necessários e procurando, a melhoria contínua do desempenho institucional”.

Antes de terminar a sua intervenção, o VCEMA dirigiu-se aos militares e civis do Estado-Maior da Armada, referindo que conta com a dedicação, profissionalismo e lealdade de todos.

O Almirante CEMA e AMN, na sua alocução, começou por despedir-se do VALM Soares Ribeiro, agradecendo toda a sua dedicação, camaradagem e compromisso à Marinha ao longo de 44 anos de serviço. Dirigindo-se ao novo VCEMA,



Foto: SCF A. Ferreira Dias

o Almirante CEMA e AMN afirmou confiar plenamente na competência e lealdade do VALM Sousa Costa para o exercício das funções.

Durante a sua intervenção, o CEMA e AMN apontou as principais prioridades e os desafios que se colocam à Marinha, entre as quais “acompanhar o processo de construção dos novos meios navais; continuar o processo de transformação para uma Marinha mais moderna e mais preparada para o futuro; prosseguir os estudos e preparar atempadamente os projetos de renovação progressiva das capacidades no âmbito da LPM, garantindo a sua plena execução” que, de acordo com o CEMA e AMN, “requerem uma liderança firme e uma ação coordenada e coordenadora”.

O Almirante CEMA e AMN terminou a sua intervenção “com um profundo sentimento de confiança nas capacidades do VCEMA e na qualidade, dedicação e motivação” dos militares do EMA para continuar a afirmar a Marinha “como uma instituição de excelência onde cada pessoa encontra realização pessoal e profissional no cumprimento da nobre missão de cumprir Portugal no e a partir do mar ao serviço dos portugueses”.



Colaboração do **ESTADO-MAIOR DA ARMADA**

SÍNTESE CURRICULAR

O VALM Pedro Miguel de Sousa Costa é, desde 16 de junho de 2025, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada. Nascido em 1965, ingressou na Escola Naval em 1982 e foi promovido a Guarda-marinha em 1987. Especializado em comunicações, embarcou em diversas unidades navais, tendo comandado o navio patrulha NRP *Mandovi* e o Agrupamento dos Navios Hidrográficos. Em terra, serviu na Escola de Comunicações, foi Chefe dos centros de comunicações do Comando Operacional dos Açores e do Centro de Comunicações e de Cifra do Estado-Maior General das Forças Armadas, exerceu funções no Estado-Maior da Armada, no Comando Naval, na Representação Militar Portuguesa na NATO e foi Ajudante de Campo do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada. Prestou igualmente funções na Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, como Diretor de Servi-

ços de Planeamento Estratégico de Defesa. Posteriormente voltou ao Estado-Maior da Armada, como Chefe da Divisão de Planeamento. Foi ainda coordenador da Área de Ensino de Administração no Instituto Universitário Militar e Comandante da Unidade de Apoio ao Reduto Gomes Freire. Como Comodoro foi o primeiro Diretor da Unidade Politécnica Militar e, promovido a Contra-almirante, exerceu as funções de Subchefe do Estado-Maior da Armada. Como Vice-almirante exerceu as funções de Comandante do Instituto Universitário Militar. Ao longo da sua carreira recebeu vários louvores e foi agraciado com a medalha da Ordem Militar de Avis, com medalhas de Serviços Distintos, de Mérito Militar, da Cruz de São Jorge, da Cruz Naval, de comportamento exemplar e com a medalha de Mérito Tamandaré da Marinha do Brasil.



DIRETOR DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

No dia 31 de janeiro de 2025 tomou posse o novo Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações, CMG EN-AEL Hugo António da Rocha Coelho, rendendo no cargo o CMG EN-AEL Paulo Nuno Mendes Dias. A cerimónia decorreu no *Open Space* junto à DAGI e foi presidida pelo Superintendente da Informação, COM Dias Correia.

Após a leitura do despacho da tomada de posse, usou da palavra o novo Diretor que começou por agradecer a confiança depositada para liderar a DITIC, reconhecendo os desafios que tem pela frente, nomeadamente nas áreas do pessoal, material e processos.

Na área do pessoal “[...] é público a falta de efetivos da DITIC, sendo que algumas das faltas são em áreas críticas. Preencher essas vagas com pessoal com as qualificações e experiência necessárias vai ser um desafio.” Na área material “[...] a renovação da Rede de Comunicações da Marinha, Modernização do BRASS para BRIPES e o fim do suporte da *Microsoft ao Windows 10*.” Em termos de processos, “[...] colaborar na digitalização e otimização de processos e assegurar as condições tecnológicas para que as decisões sejam informadas por dados.”

No seu discurso o COM Dias Correia começou por agradecer o empenho do Diretor cessante, traduzido no louvor com medalha de serviços distintos concedida pelo Almirante CEMA e AMN e dando um voto de confiança ao novo Diretor. Referiu “[...] a parte que compete à DITIC é, entre outras, a modernização da infraestrutura tecnológica da Marinha e sua resiliência, para que



Foto...

se criem as condições para que as decisões sejam informadas por dados e comunicadas à velocidade da sua relevância.” “Um dos pilares desta transformação é a integração da IA como uma funcionalidade essencial da nossa rede. A DITIC tem outros grandes e importantes desafios pela frente, desde logo a manutenção e modernização da Rede de Comunicações da Marinha, a modernização e certificação da NSWAN e da OPNET, administração dos serviços de rede e a migração da arquitetura de sistemas de um modelo de virtualização para uma nova arquitetura de contentorização, o incremento da cibersegurança.”



Colaboração da **DIREÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES**

SÍNTESE CURRICULAR

O CMG EN-AEL Rocha Coelho nasceu em 11 de julho de 1971 em Castro Daire e ingressou na Escola Naval (EN) em 1989.

O Eng. Rocha Coelho foi Chefe de Serviço de Eletrotecnia no NRP *João Roby* e no NRP *Bérrio*.

Em 2001, iniciou uma fase ligada à formação no G1EA, G2EA e na Escola de Tecnologias Navais (ETNA) onde desempenhou funções de Formador, Comandante de Companhia, Diretor de Curso e Chefe do Serviço de Informática. Em 2008, foi nomeado Chefe do Serviço de Informática na EN.

Em 2012, foi Chefe do Departamento de Armas e Eletrónica na fragata NRP *D. Francisco de Almeida*,

tendo participando em vários exercícios e operações da NATO. Em 2016, destacou para o Departamento de Treino e Avaliação onde, para além de avaliador, desempenhou também funções como Oficial de Ligação (WE) para o FOST.

Em 2021, juntou-se à Divisão de Inovação no Estado-Maior da Armada.

No final desse mesmo ano desempenhou funções no *Joint Force Command Norfolk nos EUA* como *Deputy Assistant Chief of Staff J6*.

A 31 de janeiro de 2025 tomou posse como Diretor de Tecnologias de Informação e Comunicações.



N.R.P. D. FRANCISCO DE ALMEIDA

EXERCÍCIO *DYNAMIC MARINER* – FLOTEX 2025

O exercício *NATO DYNAMIC MARINER – FLOTEX 2025* (DYMRFL-25), um dos maiores e mais significativos exercícios navais da Aliança Atlântica em 2025, foi realizado no Golfo de Cádiz entre 24 de março e 4 de abril, e constituiu um marco importante para a certificação da componente naval da *Allied Reaction Force* (ARF MCC). Este exercício, de grande envergadura, envolveu a participação de forças de superfície, submarinas, anfíbias e aéreas de vários países membros da NATO, entre os quais o NRP *D. Francisco de Almeida*, que desempenhou um papel diferenciado em termos de presença nacional e demonstração das capacidades da Marinha Portuguesa em cenários de crise multidomínio e de integração em forças internacionais.

O objetivo deste exercício foi avaliar a prontidão e a capacidade de forças aliadas para responder a uma série de ameaças complexas em diferentes domínios da guerra. A participação da Marinha Portuguesa no DYMRFL-25 reafirmou o compromisso de Portugal para com a defesa coletiva e a segurança marítima global, ao mesmo tempo que reforçou a sua capacidade de integração e interoperabilidade nas operações da NATO.

FASES DO *DYNAMIC MARINER 2025*

Ao longo de duas semanas, as forças aliadas realizaram uma série de exercícios, organizadas em duas fases distintas, que permitiram simular cenários realistas de combate e coordenação entre unidades de diferentes países. A pri-

meira semana foi marcada pela fase de treino seriado, onde as unidades seguiram um plano de ações coordenadas, com ênfase na preparação e no aperfeiçoamento de táticas, técnicas e procedimentos, assim como a melhoria da interoperabilidade entre unidades. Já a segunda semana, conhecida como *TACEX* (*Tactical Phase*), introduziu elementos mais dinâmicos no exercício, simulando o escalar de uma situação de crise para conflito com situações de combate, testando as forças participantes de forma mais exigente e imprevisível.

Este formato dinâmico permitiu que as unidades da NATO melhorassem as suas capacidades operacionais, de comando e controlo, e garantissem a máxima eficácia na execução de ações nos vários domínios (naval, aérea, e ciberespaço).

O NRP *D. FRANCISCO DE ALMEIDA* NO EXERCÍCIO

A fragata portuguesa *D. Francisco de Almeida* iniciou a sua participação no DYMRFL-25 com a saída da Base Naval de Lisboa, a 20 de março, com destino à Base Naval de Rota, em Espanha, onde permaneceu até 24 de março. A partir desse momento, o navio e a sua guarnição integraram plenamente o exercício, que decorreu até 4 de abril, onde participaram em várias séries de segurança marítima e defesa contra ameaças de diversas tipologias, incluindo a assimétrica.



Entre os principais cenários de treino nos quais a fragata portuguesa participou, destacam-se:

OPERAÇÕES DE GUERRA SUBSUPERFÍCIE, SUPERFÍCIE E AÉREA

O navio foi envolvido em operações críticas de defesa contra ameaças de subsuperfície, de superfície e aéreas, fundamentais para garantir o domínio nas áreas atribuídas, protegendo as forças aliadas de ataques inimigos. Durante o exercício, foram testadas as capacidades de combate naval e a eficácia do navio e da sua guarnição na resposta adequada contra unidades hostis, utilizando os seus sistemas de armas e manobras táticas para neutralizar alvos nos diferentes cenários criados.

INTERAÇÃO COM MEIOS AÉREOS NÃO TRIPULADOS

A utilização de aeronaves não tripuladas tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante e de destaque nas operações modernas, pela sua natureza de fácil aquisição, operação e efeitos disruptivos. O NRP *D. Francisco de Almeida* integrou-se eficazmente nestas operações, demonstrando a sua capacidade para contrariar a utilização destes novos meios e o uso de plataformas avançadas no campo de batalha.

CIBERDEFESA

Outra área de realce do exercício foi a introdução de cenários de guerra no ciberespaço. O NRP *D. Francisco de Almeida* participou na defesa contra possíveis ataques informáticos, um domínio que tem vindo a crescer em importância, uma vez que os ataques cibernéticos podem comprometer os sistemas e sensores de bordo, degradando a sua capacidade de combate noutras frentes ditas convencionais. Em paralelo, a simulação de operar num ambiente degradado ao nível das comunicações satélite foi também alvo de treino neste exercício.

EXERCÍCIOS DE TIRO REAL

A fragata participou também em exercícios de tiro real, utilizando a sua peça de 76 mm, o sistema de de-

fesa próxima *Goalkeeper* e o seu armamento portátil. Estes treinos permitiram avaliar a capacidade ofensiva e defensiva das unidades no contexto de combate naval, num ambiente altamente exigente.



REABASTECIMENTO NO MAR (RAS)

A capacidade de realizar reabastecimentos no mar (*Replenishment At Sea* (RAS)) é crucial para garantir a sustentabilidade das unidades nas operações militares num horizonte temporal mais alargado, sem necessidade de realizar paragens logísticas com maior frequência. Durante o exercício, o navio teve a oportunidade de participar em várias operações de reabastecimento no mar, algumas num ambiente tático mais complexo, testando a sua capacidade de operar com maior autonomia nestas tipologias de cenários.





Durante o período de TACEX, a interação intensa com outras unidades aliadas proporcionou uma experiência, em ambiente simulado, que se aproximou bastante de possíveis condições operacionais observadas na realidade. Nesta fase, o NRP *D. Francisco de Almeida* demonstrou uma elevada capacidade de coordenação com outras forças, confirmando a eficácia da Marinha Portuguesa em operações internacionais e a sua capacidade de adaptação a diferentes cenários de crise.

A IMPORTÂNCIA DO *DYNAMIC MARINER* – FLOTEX 2025

O DYMFL-25 é um exercício essencial para a certificação da componente naval da ARF. Este treino permite que as forças da NATO estejam mais bem preparadas para responder de forma sincronizada e eficiente, garantindo a manutenção da segurança e da estabilidade nas regiões marítimas de elevado interesse estratégico. A sua realização no Golfo de Cádiz, uma área geoestratégica de grande relevância, pela proximidade ao estreito de Gibraltar, sublinha a importância de assegurar o controlo sobre rotas marítimas cruciais e colaborar na proteção das infraestruturas nacionais críticas contra ameaças não convencionais, como ataques terroristas ou pirataria.

A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA DEFESA COLETIVA

A participação do NRP *D. Francisco de Almeida* no DYMFL-25 não só reflete o compromisso de Portugal para com a defesa coletiva oferecida pela NATO, como também destaca a posição do país nas operações de segurança marítima global. A Marinha Portuguesa continua a demonstrar a sua capacidade de atuar eficazmente em operações com-

binadas de elevada grandeza e complexidade, sendo esta capacidade um dos pilares fundamentais para a credibilidade da Aliança Atlântica.

Por outro lado, a integração de um navio português no exercício é uma clara demonstração de como Portugal, ao colaborar com outras Marinhas aliadas, desenvolve e melhora continuamente a sua estratégia de defesa coletiva. Este compromisso assegura que o país esteja permanentemente preparado para enfrentar os desafios de uma guerra moderna, enquanto fortalece as relações de segurança com os seus aliados, contribuindo para a proteção dos interesses nacionais e da Aliança.

De notar ainda, que a participação no exercício permitiu observar e acompanhar de forma próxima, a atuação de outras Marinhas no mesmo contexto, sobretudo em operações com várias unidades e situações de ameaça assimétrica, o que apresentou uma oportunidade única para recolha de lições aprendidas.

Em última análise, o DYMFL-25 foi um exercício de grande importância, não apenas para a NATO, mas também para as Forças Armadas dos países envolvidos, em que ficou demonstrada a prontidão da Aliança para responder rapidamente e de forma coesa a qualquer ameaça, assegurando a sua capacidade de manutenção da Paz e estabilidade mundial em tempos de crescente incerteza geopolítica.



Colaboração do **COMANDO DO NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA**



EXERCÍCIO MARE APERTO 25 E OPERAÇÃO CLEMENCEAU 25

NO CORAÇÃO DO MEDITERRÂNEO

Em abril de 2025, a Marinha Portuguesa voltou a marcar presença nos palcos operacionais do Mediterrâneo através da participação do NRP *D. Francisco de Almeida* em dois dos mais relevantes contextos operacionais navais realizados na região: o exercício MARE APERTO 25, sob coordenação da Marinha Italiana e a operação CLEMENCEAU 25, liderada pela Marinha Francesa. No primeiro, o NRP *D. Francisco de Almeida*, participou no quadro da *European Maritime Force* (EUROMARFOR) e no segundo, no âmbito da *European Carrier Group Interoperability Initiative* (ECGII), estruturas que têm vindo a afirmar-se como pilares da cooperação naval europeia.

Estas iniciativas constituem-se como uma oportunidade bastante relevante em termos de treino de interoperabilidade, coesão multinacional e capacidade de projeção de força em ambientes complexos, onde a prontidão e a flexibilidade operacional são permanentemente testadas.

MARE APERTO 25

O exercício **MARE APERTO 25** decorreu no Mediterrâneo central e constituiu-se como um dos maiores exercícios navais conduzidos no Mediterrâneo, com o principal objetivo de contribuir para a manutenção dos padrões de (elevada) prontidão da ITMARFOR, enquanto *Maritime Component Command* (MCC) da *Allied Response Force* (ARF) 25, tendo reunido mais de 40 unidades navais e aéreas e cerca de 7000 militares de vários países aliados.

A presença portuguesa representa um contributo ativo e relevante para a segurança coletiva, bem como uma oportunidade estratégica de valorização das capacidades navais nacionais.

O NRP *D. Francisco de Almeida* participou na fase de TACEX do exercício enquanto unidade integrada na força constituída da EUROMARFOR, a força marítima multinacional criada por Portugal, França, Itália e Espanha, para atuar de forma expedita em missões de segurança, gestão de crises e projeção de forças. Operando de forma conjunta e combinada com outros meios, a EUROMARFOR liderou as forças opositoras, com uma estrutura completa de comando e controlo e com um ritmo próprio de planeamento de operações da força por forma a contrariar os objetivos das *blue forces*.

Durante o exercício, a fragata portuguesa participou ativamente nos diversos domínios da guerra, demonstrando a sua versatilidade e elevado grau de integração com as forças aliadas. Na guerra antissubmarina (ASW), o navio foi empenhado na deteção, seguimento e acompanhamento de ameaças submarinas, num contexto de elevada complexidade tática. O exercício envolveu a utilização de sonares ativos e partilha de informações que condicionavam, em tempo real, as atividades dos restantes meios da força. Já na guerra de superfície (ASUW), a nossa fragata assumiu particular importância na disposição tática das unidades pertencente às *red forces*, dentro da geografia que o cenário oferecia, e que, com a escalada das hostilidades, culminou em vários ataques coordenados além-horizonte que resultou na neutralização do navio-chefe das *blue forces*, o porta-aviões ITS *Cavour*. Esta coordenação com unidades aliadas permitiu testar e validar vários procedimentos táticos num cenário complexo e em constante mutação.





Na fase inicial do TACEX, o foco nas *Maritime Interdiction Operations* (MIO) foi preponderante nas atividades do NRP *D. Francisco de Almeida* que, operando do lado das forças opositoras, trouxe o desafio pouco habitual na adoção de táticas de proteção de navios que tinham o objetivo de contrariar o embargo estabelecido pelas *blue forces*. Ações pouco habituais, mas que obrigavam, em estreita coordenação com o comando da força, a planejar as operações e táticas a adotar com elevado dinamismo. A título de exemplo, na iminência de um destes “mercantes” ser abordado por um navio das forças que garantiam o embargo, que levaria à conseqüente descoberta de material ilícito a bordo, comprometendo a postura de suposta neutralidade, o NRP *D. Francisco de Almeida* realizou uma abordagem não planeada a esse navio “mercante”. Com esta ação, para além de ter sido recolhido o “armamento”, o nosso navio contribuiu para o cultivo da falsa ideia de que a sua força estaria a contribuir para a manutenção da segurança da área marítima em causa, evitando uma escalada imediata das hostilidades.

Paralelamente a estas ações foram realizados exercícios internos centrados no combate a incêndios, controlo de avarias, simulações de evacuação médica e resposta a derrames de combustível promovendo o treino contínuo da guarnição e a consolidação de procedimentos de segurança a bordo.

Assim, a participação do NRP *D. Francisco de Almeida* no exercício MARE APERTO 25 constituiu-se como uma extraordinária oportunidade de treino permitindo testar e incrementar os padrões de prontidão, promover uma adequada integração em forças navais e reforçar a posição da

Marinha Portuguesa como um parceiro credível no esforço coletivo da segurança marítima europeia.

OPERAÇÃO CLEMENCEAU 25

Numa última fase do seu empenhamento, ainda no Mediterrâneo central, o NRP *D. Francisco de Almeida* integrou durante sensivelmente uma semana o *French Carrier Strike Group* (CSG), liderado pelo porta-aviões nuclear *Charles de Gaulle*, naquela que seria a fase final da Operação **CLEMENCEAU 25**.

Inserida na iniciativa ECGII (*European Carrier Group Interoperability Initiative*), esta participação teve como objetivo reforçar a capacidade de integração entre grupos aeronavais europeus, promover o treino, harmonização de procedimentos e incrementar padrões de prontidão necessários para operar sob comando combinado em teatros de elevada exigência.

No curto período de integração, houve oportunidade para realizar diversas ações de treino que contribuíram para atingir estes objetivos. Neste âmbito, foram realizadas ações de tiro com a peça de 76 mm e com o sistema de defesa próxima *Goalkeeper* (CIWS) contra alvos de superfície disponibilizados pela força francesa. Aproveitando o navio reabastecedor da força, foi também realizado o necessário reabastecimento no mar (RAS), que, para além do aumento de autonomia, serve também para treinar os procedimentos nesta área. Outra área que, naturalmente foi treinada, foi a defesa antiaérea, em que as aeronaves embarcadas no porta-aviões francês, os caças *Rafale*, simularam diversos ataques para treino na luta AAW.





BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS E PROJEÇÃO NACIONAL

Através da participação do NRP *D. Francisco de Almeida* nestes contextos de alta prontidão e elevada exigência operacional, observaram-se diversos aspetos positivos:

- Melhoria dos padrões de prontidão operacional, num contexto multinacional realista, complexo e altamente dinâmico;
- Reforço da formação técnica e conhecimento operacional da guarnição, com ganhos assinaláveis de proficiência na utilização de sistemas de armas e sensores, de manutenção, resposta a incidentes internos e externos e de sustentação logística operacional;
- Consolidação da capacidade de comando e controlo e interoperabilidade;
- Valorização da presença internacional de Portugal enquanto ator ativo e extremamente válido para a segurança euro-atlântica, num contexto geopolítico complexo, instável e imprevisível.



CONCLUSÃO

Num contexto internacional instável em que os equilíbrios geoestratégicos são postos à prova e os espaços marítimos assumem particular relevância enquanto vetores de poder e de influência, a Marinha Portuguesa reafirma com a participação do NRP *D. Francisco de Almeida*, o seu papel como instrumento de afirmação nacional e de contributo efetivo para a segurança coletiva.

Desta forma, ao participar no exercício MARE APERTO 25, enquanto navio integrado na EUROMARFOR, e na operação CLEMENCEAU 25, a fragata *D. Francisco de Almeida* e a sua guarnição demonstraram não apenas elevada competência técnica e operacional, mas também um elevado sentido de missão no cumprimento do firme compromisso de Portugal para com a interoperabilidade entre aliados e para com a defesa e estabilidade marítima do espaço euro-atlântico.



Colaboração do **COMANDO DO NRP D. FRANCISCO DE ALMEIDA**

COMANDO DA ZONA MARÍTIMA DOS AÇORES

DIA DO COMANDO

No passado dia 3 de fevereiro realizou-se nas instalações do Depósito POL NATO de Ponta Delgada, a cerimónia do Dia do Comando da Zona Marítima dos Açores (CZMA) e a celebração dos 450 Anos da Assinatura Régia do Regimento das Armadas dos Açores. A cerimónia contou com a presença do Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Eng. Luís Garcia e do Comandante Naval, VALM Chaves Ferreira, além de diversas entidades e autoridades regionais, autárquicas, eclesiásticas, das forças e serviços de segurança e de múltiplos organismos e amigos, cuja presença espelhou a elevada estima e consideração institucionais e pessoais que os açorianos nutrem pela Marinha nos Açores.

A cerimónia militar, precedida pela inauguração de uma exposição da Marinha nos Açores no Centro Comercial SOLMAR, consistiu no descerramento de uma placa comemorativa do Dia do CZMA e dos 450 anos da Provedoria das Armadas dos Açores, seguido da imposição de condecorações a militares da Marinha e a Antigos Combatentes na Guerra em África, naturais ou residentes nos Açores. A cerimónia foi concluída com as alocações do COM Conceição Lopes, Comandante da Zona Marítima dos Açores e do VALM Chaves Ferreira, após o que se realizou um almoço na residência oficial do Comandante da ZMA.

O COMANDO DA ZONA MARÍTIMA DOS AÇORES

O CZMA é responsável pela condução de operações navais na sua área de jurisdição, colaborando no controlo naval da navegação e garantindo a fiscalização dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional. Além das funções de defesa, o CZMA assegura o funcionamento do Centro de Busca e Salvamento Marítimo de Ponta Delgada

(MRCC Delgada), centro este responsável pela Área de Busca e Salvamento de Santa Maria, com uma extensão marítima de 5.2 milhões de Km², a maior da Europa, a 2ª maior do Atlântico Norte e a 11ª do Mundo, fiscaliza a pesca no mar territorial e na Zona Económica Exclusiva, colabora no combate à poluição no mar e, sob coordenação do Comando Operacional dos Açores, colabora em ações de apoio à proteção civil.

Em apoio ao cumprimento da sua missão, o CZMA tem permanentemente atribuída uma unidade naval, em prontidão de 2 horas. Presentemente, a corveta António Enes é o navio atribuído à ZMA, que iniciou no passado dia 21 de dezembro a sua 30ª comissão na Região Autónoma dos Açores, efeméride que também foi assinalada na cerimónia do Dia do CZMA.

O CZMA é comandado pelo COM Conceição Lopes, que acumula as funções de Chefe do Departamento Marítimo e de Comandante Regional da Polícia Marítima dos Açores, representando a Autoridade Marítima Nacional nos Açores.

Nos próximos meses, associados às celebrações do Dia do CZMA, dos 450 anos da Provedoria das Armadas dos Açores e do Dia da Marinha 2025, o CZMA irá promover diversos eventos alusivos, entre os quais o lançamento de uma moeda comemorativa, a edição de selo dos CTT, uma regata de botes baleeiros no grupo central do arquipélago, um concerto pela Banda da Armada no Coliseu de Ponta Delgada e uma Conferência na cidade de Angra do Heroísmo alusiva ao tema.



Colaboração do **COMANDO DA ZONA MARÍTIMA DOS AÇORES**





450 Anos da Assinatura Régia do Regimento da Provedoria das Armadas dos Açores

O dia de 3 de fevereiro, data recentemente adotada como o Dia do CZMA, celebra a data da assinatura régia do Regimento da Provedoria das Armadas dos Açores, em 1575. Assim, este ano, a comemoração auferiu um significado muito especial ao corresponder à celebração dos 450 anos da assinatura, pelo Rei D. Sebastião, do Regimento que formalizou a estrutura da Provedoria das Armadas nos Açores, definindo-a como um órgão administrativo e militar, responsável pela organização e patrulhamento naval e pela coordenação das frotas que vigiavam a região no combate aos ataques por corsários e piratas. O Provedor era ainda responsável pela administração de recursos, supervisionando o seu uso, incluindo o recrutamento de guarnições e o financiamento de navios e equipamentos. Deitava competências relacionadas com a justiça e fiscalização, implementando normas e executando punições em casos de desvio de conduta ou de violação dos regulamentos, auferindo ainda a autoridade para julgar e aplicar sanções relacionadas às operações navais nos Açores.

A Provedoria era ainda responsável pela cobrança de impostos e taxas, controlando as rendas e as taxas de alfândega, bem como os impostos cobrados sobre os produtos que transitavam pela região.

O CZMA assume-se como o comando sucessor e legítimo herdeiro do legado da Provedoria das Armadas dos Açores assegurando a defesa das águas territoriais, a segurança da navegação e a preservação dos recursos marinhos. Com uma posição geoestratégica crucial, os Açores desempenham um papel vital na proteção dos interesses nacionais e internacionais, sendo um ponto de passagem diária de centenas de navios e aeronaves, no e sobre o seu espaço marítimo.

Com esta singela cerimónia, celebrou-se a relevância do CZMA nos Açores, como ponto de fulcral importância estratégica no Atlântico Norte, homenageando ainda todos os que, ao longo dos séculos, têm garantido a segurança e a vigiância das águas nacionais nesta região.



NAVIOS DE PATRULHA OCEÂNICOS | 3ª SÉRIE

CORTE DA PRIMEIRA CHAPA

A cerimónia de corte da primeira chapa, realizada no passado dia 31 de março, em Viana do Castelo, nas instalações da *West Sea*, presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo, marca o início da construção do primeiro Navio de Patrulha Oceânico 3ª Série (NPO3S).

Estiveram presentes na cerimónia o Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Arq. Luís Nobre, o Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, VALM Soares Ribeiro, o Presidente do Conselho de Administração (*Chairman*) do Grupo *Martifer*, Eng. Carlos Martins, o CEO do Grupo *Martifer* e Gerente da *West Sea*, Eng. Pedro Duarte, a Subdiretora-Geral de Recursos da Defesa Nacional e Gestora do Contrato dos NPO3S, Drª Cristina Pinto e o Chefe da Missão de Acompanhamento e Fiscalização da execução do contrato de construção dos NPO3S, o COM EN-MEC Barbosa Rodrigues, entre outros convidados.

O Programa de construção dos NPO3S é uma prioridade para o interesse nacional, afirmada na Lei de Programação Militar (LPM), que veio incluir nas suas dotações as verbas necessárias para proceder à retoma deste Programa, no âmbito da Capacidade de Patrulha e Fiscalização da Marinha, visando a construção de seis novos navios para completar o quantitativo de dez inicialmente previstos nesta Capacidade.

Tendo por base o Projeto de Engenharia, propriedade do Estado português, as lições identificadas ao longo das anteriores construções e as lições identificadas na atividade operacional dos navios existentes, foram atualizados o conceito de emprego para esta classe de navios e os subsequentes requisitos operacionais, fruto da evolução do ambiente estratégico.

Além da possibilidade de emprego em missões e tarefas de natureza não-militar, como sejam a busca e salvamento marítimo, a fiscalização da pesca, ou o apoio ao combate a atividades ilegais (narcotráfico, imigração ilegal, tráfico de pessoas ou de armas), pretende-se que os navios possuam uma elevada flexibilidade de emprego em atividades de natureza militar, como sejam, a guerra de minas, a projeção de força, a vigilância submarina e o apoio a operações especiais, suportado na melhoria dos sistemas de comando e controlo, vigilância e comunicações militares, assim como na capacidade de defesa própria.

Nesta série de navios, salienta-se o princípio estabelecido de exploração do conceito de embarque de capacidades não permanentes, modulares e contentorizadas, ficando os navios preparados para receber módulos com infraestruturas de interligação aos sistemas de bordo, permitindo um funcionamento orgânico desses sistemas.

Os próximos NPO possuirão mais capacidades, poderão ser empregues num espectro mais alargado de missões e tarefas, e estarão mais preparados para os desafios futuros, com a adaptabilidade necessária para incorporar novas capacidades ao longo do respetivo ciclo de vida. Todas estas novas capacidades permitirão a atribuição destes navios a missões de espectro alargado no âmbito nacional ou internacional.

O contrato para a construção dos seis NPO com a *West Sea* – Estaleiros Navais, Unipessoal, Lda. entrou em vigor no dia 27 de março de 2024.



Colaboração da **SUPERINTENDÊNCIA DO MATERIAL**





PLANETÁRIO DE MARINHA

60 ANOS DE DESLUMBRAMENTO E CONQUISTAS

No dia 20 de julho de 2025, o Planetário de Marinha celebra seis décadas de atividade ininterrupta.

Ao longo destes 60 anos, afirmou-se como um verdadeiro marco na divulgação e no ensino da Astronomia em Portugal, tendo cativado milhões de visitantes de todas as idades. A sua missão educativa e científica tem sido fundamental para despertar o fascínio pelo cosmos e promover o conhecimento das ciências do espaço.

Para a Marinha, o Planetário tem desempenhado um papel de grande relevância na formação dos cadetes da Escola Naval. Desde cedo se reconheceu o valor deste recurso único no apoio à preparação técnica e científica dos futuros oficiais.

Para a cidade de Lisboa e para o país, o Planetário consolidou-se como a maior e mais bem equipada infraestrutura nacional dedicada à divulgação da Astronomia e das ciências afins, sendo um ponto de referência incontornável no panorama científico e cultural português.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A ideia de instalar um novo complexo museológico na zona de Belém remonta à segunda metade do século XIX, quando, por decreto do Rei D. Luís, se destinou o edifício anexo ao Mosteiro dos Jerónimos à instalação do Museu de Marinha.

No entanto, o projeto só se concretizou na segunda metade do século XX. Em 1956, foi decidido aproveitar a ala oeste dos Jerónimos e construir novos edifícios a poente do Mosteiro. No ano seguinte, por ocasião das comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, a Comissão Executiva propôs a criação de um planetário em Lisboa, que viria a integrar o novo plano museológico.

O projeto arquitetónico do complexo foi entregue, em 1958, ao Arquiteto Frederico George (1915–1994). Já em 1961, o arranjo paisagístico da área envolvente ao museu e ao futuro planetário foi confiado ao Arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Teles (1922–2020).

Com um planeamento rigoroso, as obras de construção civil ficaram a cargo do Estado Português, que investiu 11 milhões de escudos. A aquisição do equipamento técnico foi possível graças à doação de 7 milhões de escudos atribuídos pela Fundação Calouste Gulbenkian.

As obras decorreram entre 1963 e 1965. Da colaboração entre a Marinha e a Fundação Calouste Gulbenkian resultou a atribuição do nome do ilustre mecenas ao novo Planetário, sendo inaugurado a 20 de julho de 1965, exatamente dez anos após a morte de Calouste Gulbenkian. Como obra arquitetónica, destaca-se pela elegante cúpula em betão armado, assente sobre um volume horizontal que define a praça entre o Mosteiro dos Jerónimos e o Museu de Marinha.



Fotos P/B do Arquivo fotográfico do Planetário de Marinha

Mais tarde, em 1968, no âmbito do plano de expansão das instalações de apoio ao museu, foi acordada com Frederico George a elaboração dos projetos das Oficinas e do Observatório Astronómico.

O COMANDANTE CONCEIÇÃO SILVA

De importância decisiva para a concretização da ideia original foi o contributo de Eugénio Conceição Silva (1903–1969), oficial da Armada, entusiasta da Astronomia e apaixonado pela observação do céu.

O seu trabalho em Astrofotografia e Astronomia observacional foi amplamente reconhecido e premiado.

Dado o seu prestígio, envolvimento direto nas diligências para a criação do Planetário e dedicação à causa científica, não surpreendeu a sua nomeação como primeiro Diretor da instituição.

Nos primeiros anos de funcionamento, manteve um contacto próximo com o público, utilizou o equipamento para fins pedagógicos, conduziu sessões de planetário e formou a equipa técnica.



Comandante Conceição Silva

A “MARAVILHA DE JENA”: UMA INFRAESTRUTURA DA MARINHA PARA PORTUGAL

O primeiro projetor ótico instalado no Planetário esteve em funcionamento durante 39 anos. Foi adquirido à empresa alemã *Carl Zeiss-Jena* e pertence ao modelo *Planetarium UPP 23/4*, cuja patente remonta a 1922. Pela sua sofisticação e precisão, ficou conhecido como a “Maravilha de Jena”, sendo considerado um notável exemplo da engenharia ótica alemã.

Trata-se de um aparelho ótico-mecânico composto por duas esferas unidas por um corpo cilíndrico. No interior de cada esfera encontrava-se uma lâmpada de tungsténio de 1000 watts, rodeada por oito lentes semiesféricas, responsáveis pela projeção do céu estrelado com grande realismo.

Este projetor esteve em operação até 2004 e, atualmente, encontra-se em exposição no Espaço Galeria, onde continua a despertar a curiosidade e admiração dos visitantes.

O PROJETOR UNIVERSARIUM

Entre 2004 e 2005, o Planetário renovou profundamente a sua infraestrutura tecnológica, numa colaboração com a Ciência Viva, que culminou na aquisição do projetor ótico-mecânico *Universarium Modelo IX*.

A reabertura ao público a 19 de julho de 2005, assinalou uma nova era na experiência de observação do céu. Este novo sistema de projeção, de elevada qualidade, integra 32



Visita ao Planetário de um grupo de Aspirantes da EN do curso “Pêro da Covilhã”, acompanhado pelo Diretor, o então Comandante António Carlos Fuzeta da Ponte (DEZ 77 – MAI 82)



projetores e é capaz de representar um céu com cerca de 9000 estrelas, incluindo a Via Láctea, enxames estelares e nebulosas, com um realismo impressionante.

O auditório, com 312 lugares e uma cúpula de 23,5 metros de diâmetro, proporciona aos visitantes uma experiência imersiva e deslumbrante — uma simulação fiel do céu noturno como seria observado a olho nu, sem qualquer interferência da poluição luminosa. Um céu que, em grande parte, se perdeu da nossa vista desde que a eletricidade passou a dominar o cotidiano das cidades e vilas.

ESPAÇOS CONTÍGUOS

Na antecâmara do Planetário encontra-se o **Espaço Galeria**, onde está exposta parte do espólio do Comandante Eugénio Conceição Silva, bem como a **Ala Gulbenkian**, que evoca o encontro histórico entre a Marinha e a Fundação Calouste Gulbenkian.

O complexo inclui ainda um **Observatório**, atualmente em processo de recuperação, e uma **Biblioteca especializada**, com mais de **1000 títulos**, entre os quais se destacam os atlas originais elaborados pelo próprio Conceição Silva.

A PROJEÇÃO FULLDOME E OS DESAFIOS FUTUROS

Em 2021, a Marinha deu mais um passo na modernização do Planetário ao adquirir um sistema de projeção digital *fulldome*, composto por oito projetores *LED Velvet*, que operam em modo híbrido com o sistema ótico tradicional.

A introdução da projeção *fulldome* de filmes e documentários tornou ainda mais acessível — a visitantes nacionais e estrangeiros — a possibilidade de viverem uma experiência imersiva e memorável num espaço único de deslumbramento.

O próximo grande desafio é a produção própria de conteúdos, o que permitirá ao Planetário afirmar-se também como criador de experiências audiovisuais inovadoras.

A Astronomia continua a ser o eixo central da programação, com sessões ao vivo dirigidas a escolas e ao público em geral. A projeção ótica das estrelas continua a surpreender públicos de todas as idades, mas agora, sob a matriz de um céu estrelado, é possível integrar imagens atuais de corpos celestes e apresentar conteúdos culturais e científicos de diversas áreas, alargando o alcance a novos públicos.

A oferta é hoje mais diversificada, e as possibilidades são quase infinitas — o céu já não é o limite!

60 ANOS DE CIÊNCIA, CULTURA E EMOÇÃO

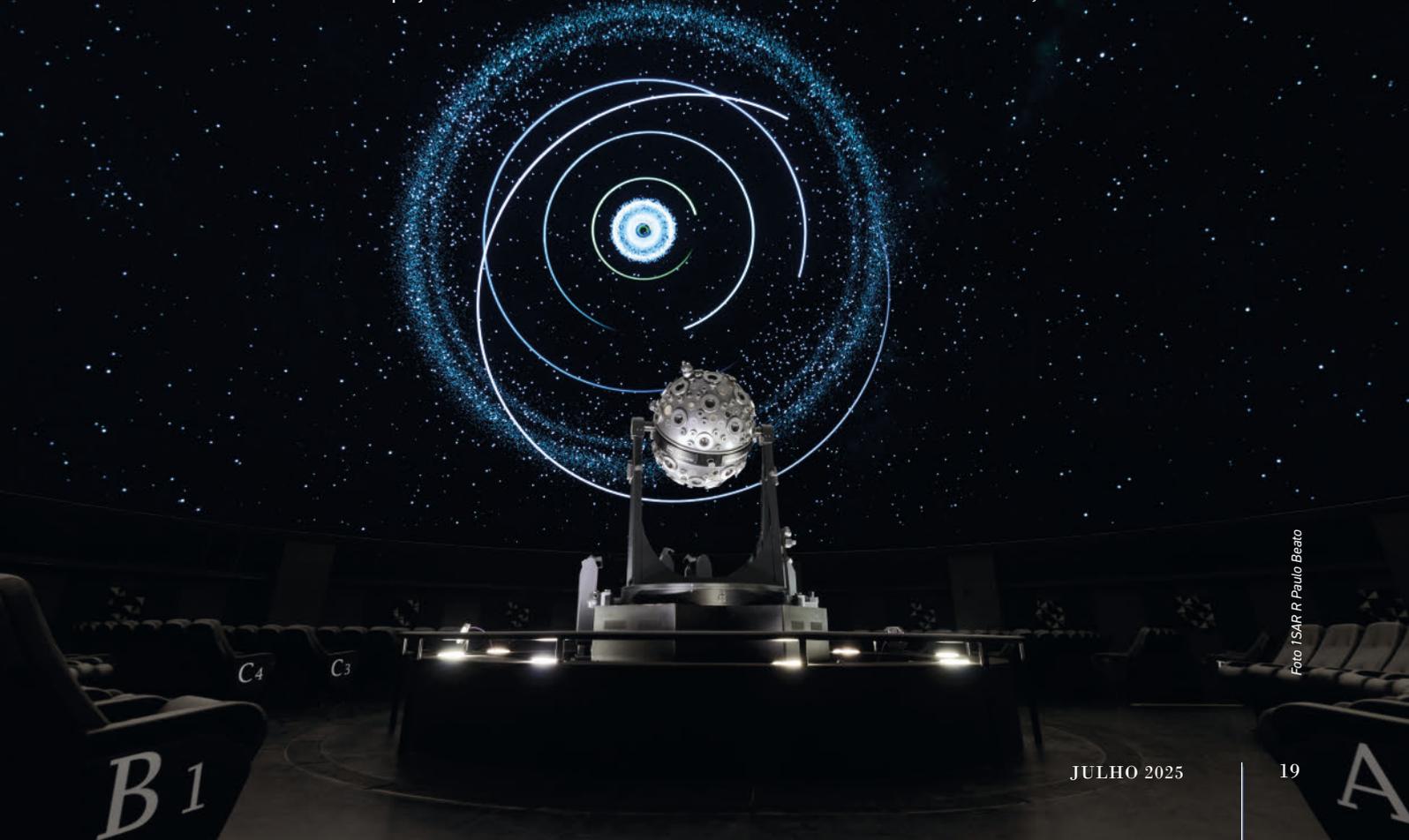
Pouco mais de um século após a invenção do primeiro planetário moderno, orgulhamo-nos de ter uma infraestrutura científica e cultural de referência, moderna e em constante evolução.

O Planetário de Marinha celebra 60 anos de atividade, assumindo um papel de grande relevância social no país. São seis décadas dedicadas à divulgação da astronomia, à promoção da ciência e à criação de memórias duradouras para milhões de visitantes.

Mais do que um espaço de projeção, o Planetário é um teatro do espaço e do tempo, onde a mensagem de paz e esperança inspira a missão de continuar a partilhar o conhecimento do céu, a importância do espaço e as maravilhas do universo com todos aqueles que o visitam.



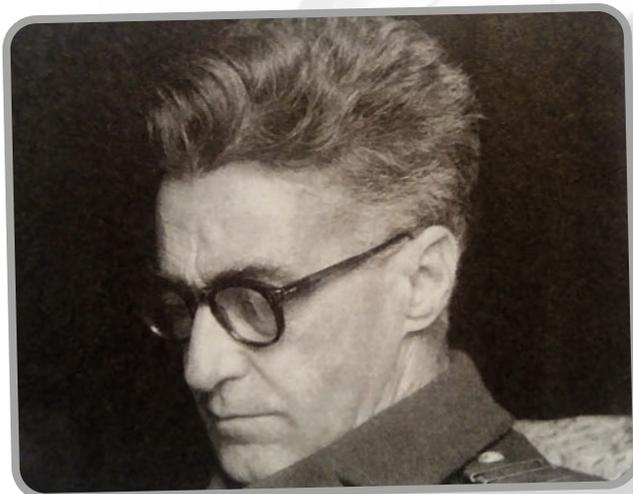
Colaboração do **PLANETÁRIO DE MARINHA**





VIDAS COM HISTÓRIA

COMANDANTE CONCEIÇÃO SILVA | O ASTRÓNOMO



Comandante Eugénio Correia da Conceição Silva

O Comandante Eugénio Conceição Silva nasceu em Lisboa, na freguesia de Santa Isabel, a 11 de maio de 1903. Desde muito novo que os assuntos científicos o fascinavam, particularmente a Astronomia.

Com 17 anos frequentou na Faculdade de Ciências de Lisboa os Preparatórios Militares, curso necessário para o ingresso na EN, de notar que como aluno da Universidade de Lisboa, inscreveu-se voluntariamente numa cadeira de Astronomia como também membro da *Société Astronomique de France* (SAF).

Iniciou o curso de Marinha na EN em 1920, sendo promovido a guarda-marinha em 1923, dando assim início à sua carreira de oficial de Marinha com 20 anos de idade.

Esteve embarcado nos primeiros anos de oficial em vários navios, nomeadamente no navio de transporte *Pero de Alenquer* e no cruzador *República*, destacando-se uma comissão que fez no Oriente a bordo deste último navio “durante a qual a sua acção por duas vezes mereceu louvor: em Macau, quando com grande risco, contribuiu decisivamente para reduzir os efeitos de um violento incêndio ocorrido na ilha de Taipa e também em Macau, cerca de um ano depois quando participou em arriscadas manobras dirigidas à segurança do navio durante um violento tufão que se abateu sobre aquele território”.

O seu desempenho em condições difíceis e arriscadas era notório, tanto na vida a bordo, como nas tarefas em terra.

Foi, por um curto período de tempo, ajudante de campo do Ministro da Marinha, e prestou serviço na Brigada de Marinheiros.

Já nos anos 30 e mais concretamente em 1931, juntamente com outros oficiais, foi nomeado para frequentar em Itália um curso de especialização em Artilharia, sendo este determinante na sua carreira militar.

O curso correspondente a essa formação tinha uma forte componente prática, nomeadamente a realização de exer-

Na biografia do Comandante Eugénio Correia da Conceição Silva, destacam-se três campos fundamentais da sua vida: a Família, a Marinha e a Astronomia. Esta última, à qual dedicou grande empenho e dedicação, contribuiu para que se distinguisse como um dos mais notáveis astrónomos amadores portugueses, acabando por ser reconhecido internacionalmente.

Com um nível intelectual acima da média e sendo um pedagogo nato, o Comandante conciliou com mestria e sabedoria as obrigações que a sua carreira naval exigia, com a atividade docente na Escola Naval (EN), onde foi professor durante 40 anos, sendo assim “uma figura singular de polivalência científica”.

Considerado como um dos grandes impulsionadores da Astronomia amadora em Portugal, trabalhou incansavelmente pela divulgação científica, devendo-se a ele, em grande parte, o tão conhecido Planetário Calouste Gulbenkian, agora designado por Planetário de Marinha.

cícios de tiro, realçando-se aqui o profissionalismo, como também a elevada capacidade intelectual do Comandante, que obteve uma das melhores notas finais entre o grande número de oficiais estrangeiros que se encontravam a frequentar esse mesmo curso. Motivo de orgulho, sem dúvida.

A ESCOLA NAVAL

Após regressar de Itália e depois de uma breve passagem pela Direção de Material de Guerra e Tiro Naval, foi nomeado professor da 7ª Cadeira da EN – Artilharia e Técnicas de Tiro, substituída mais tarde na reforma curricular de 1937, pelo 3º Grupo de Cadeiras – Artilharia e Tiro, onde se incluía a cadeira de Balística Interna e Balística Externa.

Durante 29 anos, o Comandante Conceição Silva permaneceu como docente na EN, interrompidos, entretanto, para tirocínio de embarque e frequência do Curso Elementar Naval de Guerra. Ocasão em que voltou ao Oriente como Imediato do Aviso *João de Lisboa*.

Em 1941 e já como oficial superior, regressa à EN e ao ensino. O facto de ser docente, fez com que paralelamente ao seu espírito curioso, alargasse o leque das suas capacidades. Tinha uma grande vontade em partilhar o seu conhecimento que, de uma forma simples e clara, fazia-o com todo o entusiasmo que lhe era característico, tornando-o assim um excelente professor.

Para além das cadeiras ministradas pelo Comandante, foi também professor de Eletricidade e Hidrografia.

Inserido no âmbito das suas atividades de docente, escreveu três pequenos manuais práticos: “Manual de Tiro Naval para o Oficial Não Especializado”, “Balística Externa e Tiro Naval” e o “Guia Prático do Oficial Telemetrista”, este último foi escrito em parceria com o então Primeiro-tenente João Moreira Rato.



Por sua iniciativa e sendo o principal responsável pela formação na área da Ótica, criou a Oficina de Óptica da Armada na Direcção do Serviço de Material de Guerra e Tiro Naval.

A ASTRONOMIA

Vivendo no Bairro dos Oficiais no Alfeite, o Comandante Conceição Silva decidiu construir com a autorização do então Ministro da Marinha, Américo Tomás, um observatório astronómico, ou seja, uma cúpula astronómica na cobertura da sua residência.

As obras foram iniciadas em 1947 e concluíram-se dois anos depois, "As condições do local eram excelentes, uma vez que a mata que circundava o referido bairro garantia o resguardo suficiente para que a luminosidade urbana não afectasse as observações nocturnas".

Mesmo com apoios limitados e escassos recursos, concebeu e construiu um telescópio refletor de 500 mm de abertura, considerado na altura o maior da Península Ibérica, tendo uma parte dos mecanismos e das estruturas sido executada na Esquadilha de Submarinos. Atualmente encontra-se exposto na Galeria do Planetário.

Entre 1950 e 1957, o Comandante Conceição Silva fez uso do seu telescópio "caseiro", assim como também outros de menores dimensões, feitos também por ele.

Dotado de uma humildade e modéstia que lhe era característica e profundamente humano, o Comandante fazia as suas observações solitariamente. Um trabalho de paciência, de grande gosto, vontade e paixão.

Nesta sua faceta de astrónomo amador, destacamos também as suas imensas fotografias astronómicas, algumas delas premiadas, como galáxias e nebulosas tiradas pelos seus próprios telescópios.

Publicou também em 1944 o livro **O Sistema Solar**, convite feito pela Biblioteca Cosmos, contribuindo para o aparecimento de vários astrónomos amadores em Portugal.

Entre 1950 e 1953, publicou 15 artigos de divulgação sobre Astronomia na revista **Átomo**.



O SONHO DO PLANETÁRIO

Já nos últimos anos da sua vida, no final da década de 50, numa viagem que fez aos EUA, o Comandante visitou o Planetário de Nova Iorque e trouxe consigo um sonho: o sonho da cidade de Lisboa ter uma estrutura semelhante que permitisse à população ter acesso e contacto com os conhecimentos sobre a Astronomia.

A Marinha aceitou a ideia com entusiasmo e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, o Comandante começou a desenvolver esforços para que o seu sonho e desejo de ter um planetário em Lisboa se materializasse. Integrou com vontade e dedicação a Comissão "que preparou a edificação, a selecção e aquisição do equipamento do Planetário Calouste Gulbenkian".

Pouco antes do seu falecimento, deixou de exercer, a seu pedido, as funções de docente na EN, sendo-lhe atribuído um louvor pelo Comandante da EN pela excelência do seu carácter. Louvor esse que originou a atribuição da Medalha Militar de Ouro de Serviços Distintos que lhe foi entregue pelo então Chefe do Estado-Maior da Armada acompanhado pelo Comandante da EN que se deslocaram à sua residência para lhe fazer a entrega "esta distinção teve o sabor de uma homenagem de toda a Corporação que ele tão bem serviu e tanto dignificou".

O Comandante Conceição Silva faleceu em 26 de abril de 1969, com 66 anos.

Numa comunicação apresentada na Academia de Marinha, em maio de 2003, por ocasião do centenário do seu nascimento, o Comandante Limpo Serra diz-nos sobre o Comandante Conceição Silva "... escudado na sua modéstia, fugia sempre da luz, da qual também não necessitou para ser visto, porque ele próprio foi um desses fachos luminosos que por vezes perpassam pela nossa Marinha e a iluminam e tornam admirada e respeitada e nos enchem de orgulho, a nós, os que também pertencemos a esta Marinha".



Ana Alexandra de Brito

CTEN TSN-COM

GUERRA NO PACÍFICO

A BATALHA DO GOLFO DE LEYTE

No outono de 1944, as forças aliadas, sob o comando do Almirante Chester W. Nimitz e do General Douglas MacArthur, convergiram para as Filipinas. Apesar de manterem estruturas orgânicas, administrativas e operacionais separadas, as duas forças começaram a operar no mesmo espaço geográfico, marcando o início de uma campanha crucial no Teatro do Pacífico. A 3ª Esquadra, comandada pelo Vice-almirante William F. Halsey, e a 7ª Esquadra, sob o comando do Vice-almirante Thomas C. Kinkaid, tinham a missão de apoiar o desembarque na ilha filipina de Leyte.

No que se refere ao comando e controle das forças em presença, havia, no entanto, fragilidades que teriam consequências nefastas no desenrolar da campanha. O Almirante Marc Mitscher, comandante da Força-Tarefa 38 (TF 38), reportava a Halsey, que, por sua vez, reportava a Nimitz. Por outro lado, o Contra-almirante Thomas L. Sprague, responsável pelos porta-aviões de escolta da força de invasão, reportava a Kinkaid, que estava subordinado a MacArthur. A única autoridade comum sobre ambas as esquadras era o Estado-Maior Conjunto (JCS) em Washington, que supervisionava as operações no Pacífico. Esperava-se que Halsey e Kinkaid cooperassem, mas, como os eventos demonstrariam, essa cooperação foi problemática, tornando-se numa das maiores vulnerabilidades para os americanos.

A essa situação somava-se a ordem de MacArthur, exigindo que todas as mensagens de rádio entre Kinkaid e Halsey passassem por um centro de comunicações na ilha de Manus. Esse processo, que incluía a retransmissão das mensagens para todas as unidades navais, podia levar mais de duas horas, tornando a comunicação lenta e ineficiente. Essa estrutura burocrática e complexa era potencialmente perigosa num cenário de guerra dinâmico.

O arquipélago filipino, composto por mais de 7000 ilhas, apresentava desafios geográficos significativos. A maior ilha, Luzon, abrigava Manila, a capital, que contava com mais de meio milhão de habitantes em 1944. Ao sul, Mindanao, a segunda maior ilha, foi inicialmente considerada por MacArthur como o local ideal para seu retorno. No entanto, Leyte, situada no centro do arquipélago, foi escolhida como ponto de invasão devido à sua posição estratégica, à suposta fragilidade das defesas japonesas e à morfologia do Golfo de Leyte, ideal para operações anfíbias.

Os desembarques americanos em Leyte, iniciados em 20 de outubro de 1944, desencadearam a maior batalha naval da história, abrangendo uma área de 640 mil milhas quadradas, desde o norte de Luzon até ao Mar do Sul da China. A Batalha do Golfo de Leyte, travada entre 23 e 25 de outubro de 1944, foi um confronto decisivo e uma vitória esmagadora para os Estados Unidos. No entanto, também gerou controvérsias, principalmente devido a erros táticos e à falta de coordenação entre as forças americanas.

A batalha foi marcada por uma série de confrontos navais dispersos no Golfo de Leyte e no Mar das Filipinas. Um dos momentos mais críticos foi o ataque da Força Central japonesa, liderada pelo Vice-almirante Takeo Kurita, no Estreito de San Bernardino. Apesar de sofrer pesadas perdas, incluindo o afundamento do couraçado *Musashi*, Kurita conseguiu atravessar o estreito e surpreender a esquadra americana originando aquela que ficou conhecida como Batalha de Samar. No entanto, ofensiva Japonesa foi frustrada por erros táticos e pela resistência feroz dos contratorpedeiros e porta-aviões de escolta americanos. Acreditando estar enfrentando uma força muito maior, Kurita recuou, perdendo a oportunidade de infligir danos significativos às forças de desembarque.

Enquanto isso, a força japonesa, vinda de sul, comandada pelo Contra-almirante Shoji Nishimura, foi praticamente aniquilada na Batalha do Estreito de Surigao. Sob o comando do Contra-almirante Jesse Oldendorf, os navios americanos executaram a clássica manobra de "cruzar o T", aniquilando os navios japoneses com fogo concentrado e eficaz.

A Batalha do Golfo de Leyte não tem paralelo na história devido à sua complexidade e magnitude. Durante quatro dias, ocorreram diversas batalhas e ações subsidiárias, separadas por milhares de milhas. As mais significativas foram a Batalha do Mar de Sibuyan, em 24 de outubro, e, no dia seguinte, a Batalha do Estreito de Surigao, a Batalha do Cabo Engano e a Batalha de Samar. Apesar da determinação dos Japoneses em continuar a guerra após esta batalha, a Marinha Imperial Japonesa deixou de existir como força operacional combatente e a Marinha Americana consolidou a sua supremacia no Oceano Pacífico.



Piedade Vaz
CFR REF



A REAL ABADIA DE SANTA MARIA DE ALCOBAÇA

Gentes,
Monumentos
e Acontecimentos



O que mais impressiona, desde logo, quando nos aproximamos do amplo terreiro frontal ao mosteiro, é a magnificência e dimensão da sua belíssima e exultante frontaria¹, talhada no labor artístico e arquitectónico dos últimos nove séculos, e que faz antever uma monumentalidade sóbria, mas grandiosa, de um dos mais belos exemplares europeus da arquitectura religiosa cisterciense, talvez aquele que, na abordagem estética, mais se aproxima do formato original da abadia de *Clairvaux*², entretanto desaparecida. Das que subsistem, o Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca é a segunda maior abadia cisterciense de todas as centenas que foram construídas na Europa³ nos Séculos XII e XIII, tendo, historicamente, usufruído de uma carta Real – de 1153, já depois das conquistas de Lisboa e Santarém – que concedia à Ordem um território de mais de 44.000 hectares⁴, sendo que, não obstante a sua óbvia e extraordinária monumentalidade, a sua arquitectura interior (das naves) é austera⁵, não é opulenta nem caracterizada por uma excessiva exuberância artístico-escultural.

Começado a construir há 847 anos, nos idos de 1178⁶, e mais de duas décadas depois do extraordinário mosteiro de S. João de Tarouca⁷ e do de Santa Maria de Salzedas⁸, ambos cistercienses⁹, Alcobaca é, indubitavelmente, uma obra prima da arquitectura religiosa europeia, que concede ao visitante uma notável e linear verticalidade visual, exibindo um equilíbrio estético perfeito entre o barroco exuberante

dos belíssimos torreões sineiros¹⁰ e a claridade magnífica da sobriedade dos extensíssimos corpos laterais e dos seus amplos interiores, com ajustamentos arquitectónicos de vários conjuntos de escadarias monumentais.

O Mosteiro de Alcobaca é, desde 1910, classificado como Monumento Nacional, e desde 1989, declarado pela UNESCO como Património da Humanidade, constituindo, no seu vastíssimo conjunto, uma obra prima histórica, cultural e de arquitectura religiosa de um exponencial valor para a Portugalidade, não apenas porque foi um elemento estratégico do Rei Afonso para ocupação de um vasto domínio numa região que então estava, há nove séculos, nos limites territoriais do jovem Reino, como também exhibe, na sua ilustríssima pedra, uma monumental variedade de obras de arte, escultóricas, pictóricas, tumulares e de cantaria, reveladoras de um superior e equilibrado gosto estético, muito apanágio da *medievalidade* portuguesa.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Numa análise de envolvente que nos parece essencial à caracterização do ambiente político-militar do segundo quartel do Séc. XII, importa sublinhar que os exércitos do Rei Afonso haviam conquistado Santarém – cidade estratégica na geografia de toda aquela região – a 15 de Março



Fotos cedidas pela Câmara Municipal de Alcobaca

de 1147, sendo que ocorreria a rendição de Lisboa cerca de meio ano mais tarde¹¹. No ano seguinte, cairiam, ainda, às tropas do Rei, praças importantes como Óbidos, Alenquer e Torres Vedras e, sucessivamente, Torres Novas, Porto de Mós e Abrantes. Embora o processo expansionista de conquista da região Centro tenha conhecido muito significativos avanços durante todo o período final do segundo quartel do Séc. XII, a proximidade dos reinos almorávidas e restantes (vastias) regiões ocupadas pelo califado e pelas taifas por todo o *Al Andalus* representavam, de forma permanente e incisiva, um risco às fronteiras exteriores do Reino¹², e era fundamental sedimentar populações e solidificar sistemas de defesa¹³.

Foi, também, numa estratégia de desenvolvimento agrícola, pecuária e de pastorícia bem como de fixação de populações que o Rei promoveu a concessão de domínios de dimensão significativa, tendo sido particularmente atento aos benefícios que, naquela envolvente antes referida, a Nação em franco crescimento poderia ter dado às ordens religiosas um papel fulcral numa fase especialmente conturbada de formação territorial do Reino. Assim, a doação da enormíssima *província* à Ordem de Cister foi, obviamente, um passo estratégico determinante na evolução da causa nacional e da consolidação da independência da Nação, e *Bernard*, entidade cimeira do quadro eclesiástico europeu, era uma figura central com quem uma aliança era, *de facto e de jure*, fulcral. Os cistercienses eram conhecidos como sendo excelentes organizadores dos territórios que dirigiam e administravam, desde as vastas plantações de oliveiras e de vinha, soutos, pomares, celeiros e lagares de azeite, o arroteamento de grandes extensões de terrenos aráveis, até ao aproveitamento dos cursos dos rios, e construção de complexos sistemas hidráulicos para irrigação dos campos e abastecimento da abadia. O território de Alcobaca¹⁴ estava organizado em coutos e, no seu espaço, cresceram vilas (treze) e muitas aldeias, existindo várias abadias e conventos em zonas próximas, como Cós¹⁵.

Mas a política de protecção do Rei às Ordens teve, desde muito cedo, antecedentes muito relevantes, sendo que a concessão de privilégios e doações foi assumida pelo monarca, aliás já desde 1127 com a outorga de Carta de couto a S. Vicente de Frago, em Barcelos, e que continuaria, de forma consistente, em S. Pedro de Cova em 1134, em S. Romão da Seia (dependente de Santa Cruz de Coimbra) em 1138, em S. Cristóvão de Lafões (fundado por D. João Peculiar) em 1139, a Tarouca em 1144, 1164 e 1170, depois, em Recião, Lamego, em 1146, S. Miguel em terras do Bouro em 1148 e, mais tarde, em 1180-82¹⁶, a Salzedas em 1161, portanto, já perto do início da edificação de Alcobaca¹⁷.

A amizade próxima do Prior de Santa Cruz de Coimbra¹⁸ ao abade de *Clairvaux* revela, segundo alguns autores¹⁹ que naquele mosteiro eram já adoptados costumes cistercienses mesmo antes de 1160, ou seja, tal como em Tarouca, e provavelmente em S. Cristóvão de Lafões, ambos anteriores a Alcobaca.

Os monges cistercienses ocuparam o Mosteiro de Alcobaca durante quase 6 séculos e meio²⁰, desde 1221 até 1834²¹ tendo sido, durante todo esse vastíssimo período, um factor sedimentador de ordenamento e desenvolvimento cultural, económico e agrícola, e toda a sua influência e capacidade organizativa naqueles primeiros quartéis de construção do mosteiro foi absolutamente fundamental para a consolidação territorial do Reino em toda a região Centro.

A ARQUITECTURA DO MOSTEIRO

Todo o ímpar edificado de Alcobaca, de magnífica fachada²² com 222 metros de comprimento, com os seus cinco claustros e edifícios anexos, ocupa mais de 40.000 m², tornando-o num monumento absolutamente impressionante a nível europeu. Estendendo-se o interior da igreja por 100 metros, com doze tramos de pilares cruciformes, Alcobaca





ça é, claramente, o maior monumento gótico nacional, com uma planta clássica de cruz latina²³, com um Deambulatório de extraordinário bom gosto arquitectónico, incluindo nove capelas radiantes²⁴.

A soberba igreja foi construída num sistema de três naves à mesma altura – com quase 23 metros de flecha²⁵ – o que²⁶ contrariava a habitual prática arquitectónica cisterciense que se baseava num conceito de que a nave central teria o dobro da altura e da largura das naves laterais, sendo que, da forma como Alcobça foi concebida, obter-se-iam maiores índices de luminosidade e de acústica, o que, conjuntamente com a simbologia própria do excessivo despovoamento artístico interior, direccionava especialmente os monges para a oração e para o trabalho, *Ora et Labora*.

O sublime Claustro abobadado, dito do Silêncio²⁷, mandado edificar por D. Dinis – do que se conhece, entre 1308 e 1311 –, de grandes dimensões, é da autoria dos mestres Domingo Domingues e Diogo, tendo sido acrescido um piso superior, um sobreclaustro, já de talhe manuelino, a mando de D. Jorge de Melo (o Abade de Alcobça) nos finais do Séc. XV e primeiro quartel do Séc. XVI²⁸, sendo de autoria de João de Castilho, um dos mestres arquitectos de maior influência durante o reinado de D. Manuel I, a que já nos referimos noutros artigos²⁹ na execução de grandes obras nacionais. É caracterizado por uma assimetria (perfeita), e por tectos altos com arcos ogivados e elegantíssimas colunas góticas³⁰, com rosáceas no pano dos tímpanos, sendo que, no referido sobreclaustro, as arcarias são mais abatidas e as colunatas são de um evidente gosto já de modulação renascentista. De todo o programa arquitectónico de intervenção manuelina³¹, além da Sacristia Nova, são hoje notórios o belo *Atrium* da Sacristia, com um exuberantíssimo portal ornamentado, e o antes mencionado sobreclaustro. A Sacristia nova teria ainda obras no período barroco joanino, e a abóboda que se pode admirar é sublime.

Alcobça é, também, um Panteão Régio da fase medieval, estando nele sepultados³² os Reis D. Afonso II (desde 1231) e D. Afonso III (desde 1289), as suas Rainhas D. Urraca de Castela e D. Beatriz de Gusmão, bem como vários príncipes Reais. D. Afonso IV, contudo, determinou que queria ter o seu repouso final na Sé de Lisboa, e D. Dinis, como é sabido, no Mosteiro de Odivelas³³. A Sala dos Túmulos, como é conhecida, foi mandada edificar (no formato que tem), no Séc. XVIII, pelo Abade Frei Manuel de Mendonça.

A Sala dos Reis – num espaço que antes era uma igreja que também servia de sepultura à população –, exhibe um extenso trabalho de belíssima azulejaria barroca com motivos sobre a origem do mosteiro, a lendária promessa feita por D. Afonso Henriques antes da tomada de Santarém, e narrativas gráficas sobre os trabalhos que decorreram e a própria Ordem Cisterciense, bem como extraordinários exemplares de estatuaria barroca em terracota policromada de muitos dos Reis, muitas delas, contudo, danificadas pela loucura criminosa dos invasores nos inícios do Séc. XIX.

A Sala do Capítulo era (a seguir à igreja) a sala principal da abadia³⁴, e, em datas posteriores, sucessivamente decorada com estatuaria, em especial barroca de grandes dimensões.

O Refeitório, ao lado da (nova) cozinha, é um impressionante espaço-salão, em três naves abobadadas em arcos ogivais, com oito sóbrias colunas de apoio, com uma extensíssima área de mais de 640m², sendo que, no Séc. XVIII, depois da terceira fase de obras no mosteiro, acomodaria já cerca de 140 monges, nele sendo especialmente notório um belíssimo púlpito³⁵ de magnífica colunata com arcaria nas escadas. Uma das passagens ainda subsistentes acedia à cozinha medieval (já não existente) e à entrada do salão, e, no Claustro, foi edificado um pavilhão pentagonal, estando o lavabo numa ornamentada fonte, uma extraordinária obra artística manuelina.



A (nova) cozinha é famosa em todo o mundo por, designadamente, além de ter a soberba chaminé de 26 metros de altura (mais alta que as próprias naves da igreja), estar esta apoiada em oito colunas de ferro fundido, estando assim referenciada como a primeira obra – sublinhe-se que é dos primeiros dois quartéis do Séc. XVIII, portanto muitas décadas antes da revolução industrial – a usar ferro aplicado como elemento estrutural na arquitectura³⁶. Toda a cozinha tem um revestimento azulejar (de 1752) numa abordagem muito sóbria, sendo todo o azulejo em base clara e despojada, apenas emoldurada em barra azul, o que contrariava a profusão artística do exuberante barroco azulejar joanino, própria do período Oitocentista³⁷.

O Dormitório medieval constitui, depois de restaurado, um vastíssimo espaço de 1300 m², mas tendo tido obras de alteração nos Séculos XVI e XVII e que lhe incluíram, sucessivamente, os aposentos do Abade, o Arquivo real, o Cartório do mosteiro e, pensa-se, as Livrarias. Com um comprimento de 67 metros, tem um fantástico texto abobadado em arcarias ogivais, e os capitéis que nele se podem admirar são de uma beleza estética inigualável³⁸.

OS TÚMULOS REAIS DE PEDRO E INÊS

Tidos como dos mais notáveis exemplares europeus da escultura sepulcral do Séc. XIV, as arcas tumulares de D. Pedro I de Portugal e de sua Rainha, D. Inês de Castro³⁹ – no transepto da Igreja – constituem um repositório cultural memorável, exibindo uma narrativa temática profusamente talhada na pedra calcária. De grandes dimensões⁴⁰, o túmulo do Rei tem, nas suas faces, cenas da vida e martírio de S. Bartolomeu – o protector do soberano⁴¹ – mas também cenas da família Real, não obstante serem muito visíveis os acentuados danos que lhes forem criminosamente infligidos no tempo da terceira invasão francesa⁴² (de Massena),

na procura de ouro e de joias Reais. Na cabeceira do túmulo, está expressa a Roda da vida, uma escultura gótica de enormíssima beleza artística. O túmulo de Inês é decorado com cenas da vida de Cristo, e de sua Paixão, tendo, ainda, na cabeceira, a alusão ao Juízo final, num quadro escultural que é algo similar, em simbologia e representação gráfica, ao que se pode admirar no Tímpano da Catedral de Amiens, igualmente gótico⁴³, e também no Tímpano da Catedral de Autum, este românico. Na parte superior do túmulo da Rainha⁴⁴, estão esculturas de anjos envolvendo a figura régia jacente, dois deles segurando a coroa Real, e, no fecho do topo, um lambril trabalhado figurando, alternadamente, as armas Reais de Portugal e dos Castros. Os túmulos estão apoiados, cada um, em seis figuras, o do Rei em leões heráldicos⁴⁵.

Há uma famosa pintura⁴⁶ de Pierre-Charles Comte⁴⁷, de 1849, que retrata a homenagem *post-mortem*, no trono, dos súbditos – sobretudo da alta aristocracia nacional – à sua Rainha, e que, obviamente, é uma absoluta lenda inventada no decorrer do Séc. XIV, mas que é bem reveladora do odioso e vingativo exacerbamento com que o monarca Português encarou a cruel morte de Inês às mãos de facínoras miseravelmente pagos a soldo⁴⁸, posteriormente dois deles perseguidos (estavam refugiados em Castela) e executados, em Santarém, por ordem do próprio D. Pedro, entretanto já Rei, desde Maio de 1357. O que ocorreu, outrossim, à morte da Rainha, por imposição do soberano, foi uma magnífica procissão atravessando vilas e ruas iluminadas, de Coimbra para Alcobaca, aquando da trasladação, em 1361, do corpo da Rainha para a sua extraordinária arca tumular.

É incomensurável a extensão das obras de arte e da apreciação das várias fases arquitectónicas que, ainda que genericamente, aqui se poderiam descrever, mas a brevidade do presente artigo não o permite, ficando, contudo, assim o cremos, uma imagem da inigualável relevância de Alcobaca e de tudo o que representa.





É, precisamente, no equilíbrio entre a verticalidade austera e monumental das anciãs naves medievais, o extraordinário e belíssimo claustro dionisiano e o sublime e inigualável requinte escultural inerente ao misticismo romântico de Pedro e Inês que temos em Alcobça um dos pilares da velha Alma Portuguesa. Tendo sido um elemento determinante no processo expansivo do território da Nação, a sua ímpar e soberba arquitectura revela, além de nove séculos

de labor lusitano, a excelência do talhe num dos monumentos religiosos mais extraordinários, e de maior dimensão, de toda a Europa.



Dr. Luís da Costa Diogo
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

Notas

¹ Cujo corpo central é já, como veremos adiante, maioritariamente de construção barroca.

² Situado em *Ville-sous-la-Ferté*, fundado nos inícios do Séc. XII, em 1115, tendo os edifícios medievais sido destruídos aquando da Revolução Francesa, restando os das fases posteriores, designadamente, Novecentistas.

³ Desde a Suécia até Itália, e da Polónia à Irlanda.

⁴ O que, no segundo quartel do Séc. XII, à altura da progressiva formação territorial do Reino, representava o equivalente a um condado de significativas dimensões, o que permitiu ao mosteiro ser, durante séculos, mesmo a nível europeu, um dos mais ricos em termos de recursos.

⁵ Conforme determinava a Regra de *Bernard de Clairvaux*, e que constituiu uma reforma da anterior Ordem de S. Bento, fundada no Séc. VI em Itália.

⁶ 25 anos depois da doação do território à Ordem.

⁷ O primeiro mosteiro cisterciense em Portugal, iniciado em 1154, constitui um riquíssimo edificado medieval – muito ampliado nos Séculos XVII e XVIII –, detentor de uma vasta colecção de arte-sacra e escultórica, que nos ocupará noutro artigo.

⁸ Com construção iniciada em 1159, e em resultado de uma doação de terras efectuada por Teresa Afonso, mulher de Egas Moniz, o aio do Rei Afonso.

⁹ E de entre muitos outros, dos quais se destacam, sobretudo na região beirão, o de S. Cristóvão de Lafões – muitas vezes referenciado como tendo sido o primeiro, com antecedentes a uma doação da Rainha Tarasia e que podem remontar a 1126 –, o de Santa Maria de Maceira Dão, em Mangualde, o de Santa Maria das Águas, de 1170, na Riba-Côa, em Figueira de Castelo Rodrigo e (já no Séc. XVII) o de Nossa Senhora da Assunção da Tabosa. Para mais desenvolvimentos, ver o extraordinário artigo de Ana Tavares Martins, da Universidade da Beira Interior, "*Os mosteiros cistercienses na região das Beiras*".

¹⁰ Da fase barroca, de 1702, da autoria de Frei João Torriano, um mestre italiano.

¹¹ A 24 de Outubro.

¹² Bem como dos restantes reinos ibéricos em formação expansionista.

¹³ Ali bem perto do mosteiro, num ermo, existem, ainda, vestígios claros do Castelo de Alcobça que constituía uma linha de defesa aos ataques de pirataria, mas, sobretudo, para protecção da própria abadia (que se iniciou em 1178 e empregava muita gente nas obras) e das suas vastas terras. Daquela linha de defesa faziam ainda parte os Castelos de Cós e de Alfeizeirão (ainda há panos de muraltha que ligam 2 das 8 torres antes existentes, e que são visíveis), sendo que este último assegurava a protecção da lagoa e o porto medieval que então existia; é útil sublinhar que o Alcaide do castelo era nomeado pelo Abade de Alcobça, prova de todo o seu poder *senhorial*.

¹⁴ Há quase 1000 anos, o mar estava muito mais perto das terras de Alcobça – e, por exemplo, também de Óbidos e da Atouguia – e havia vários portos *marítimos* com acesso e dinâmica comercial.

¹⁵ Em Santa Maria de Cós, monumento classificado desde 2021, o que actualmente se pode admirar é uma igreja Setecentista (1671), com uma arquitectura mais opulenta, com um impressionante cadeiral de madeira, belíssimos painéis azulejares e um riquíssimo texto de caixotões (também na Sacristia, com os frescos), tendo sido construída no lugar da igreja Trecentista antes existente, havendo, ainda, contudo, vestígios medievais dos dormitórios, embora em situação de ruína, existindo, ao que se pode saber, intenção de recuperação arquitectónica de estruturas-base e da envolvente.

¹⁶ Para mais desenvolvimentos da política continuada de concessões do soberano, ver "*D. Afonso Henriques*", do ilustríssimo José Mattoso, 2006.

¹⁷ Que viria a obter mais privilégios, nomeadamente em 1183.

¹⁸ Ver o que aduzimos em "O Rei Afonso e Santa Cruz de Coimbra", Revista da Armada (Nº 562) de Maio 2021.

¹⁹ Designadamente Agostinho Figueiredo Frias, "*Bibliografia de Santa Cruz de Coimbra*", Porto, 2001, também citado por José Mattoso na obra indicada.

²⁰ Ver explicação de Hermano Saraiva, "*A Alma e a Gente*", 1997.

²¹ Nos meados do Séc. XIX, haviam mais de 600 conventos e mosteiros em Portugal, com vastíssimas terras e propriedades e que ocupariam quase 1/3 do País, sendo que o processo de venda em hasta pública de muitos desses edifícios e bens teve por menção obter mais financiamento para um Estado depauperado que, com a perda relativamente recente do Império do Brasil e a sequência das terríveis guerras civis, estava num evidente processo de declínio económico, tudo factores que, por outro lado, permitiram o aparecimento de (novas) fortunas, e de um novo perfil de burguesias urbanas viradas para o investimento.

²² Ornamentada com sete magníficas estátuas barrocas tendo ao centro a Coroa Real Joanina.

²³ O exterior da Capela-Mor tem largos arcobotantes.

²⁴ O que permitia aos crentes e peregrinos prestar culto às relíquias e santos nelas existentes.

²⁵ Ainda assim, não tão alta como a da Batalha, como vimos em artigo anterior.

²⁶ Conforme nos ensina Ana Pagará, directora do mosteiro.

²⁷ Que se pensa ter substituído um inicial, de menor dimensão, do Séc. XII. Ver informação técnica da Direcção-geral do Património Cultural (DGPC).

²⁸ Entre 1496 e 1521.

²⁹ Ver, nesta Colecção na RA, os artigos sobre "*Os Jerónimos*" (Nº 598) e "*O Mosteiro de Santa Maria da Vitória*" (Nº 599).

³⁰ Com capitéis de um extraordinário bom gosto estético.

³¹ Que também incluía um monumental cadeiral para a Igreja e Livrarias (em local hoje não detectável, embora se pense que seriam no (actual) espaço do Dormitório). Para mais desenvolvimentos, ver informação da DGPC.

³² Os túmulos de D. Pedro I e de sua Rainha Inês de Castro trataremos adiante.

³³ No Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas. Ver o artigo "*D. Dinis. A visão do estadista, a obra marcante e a envolvente política europeia*", publicado na RA (Nº 548) de Fevereiro 2020.

³⁴ Onde o Abade era eleito e se tomavam as decisões mais relevantes.

³⁵ Além de figurar na sua escultura tumular a estrela de David, como bem salienta Hermano Saraiva.

³⁶ Alguns autores – como Maria Augusta Trindade Ferreira, citada por Ana Pagará – entendem que, uma vez que adquiriam e trabalhavam o ferro desde o período medieval, os monges cistercienses já dominariam as técnicas de metalurgia, e que as célebres colunas terão mesmo sido fundidas nos fornos existentes nos coutos de Alcobça. De facto, em edifícios religiosos ou palacianos de meados do Séc. XVIII, o que se usava, e ainda se pode verificar, são colunas de pedra em apoio a estruturas de dimensão arquitectónica.

³⁷ Na cozinha existem, ainda, vários tanques, tendo água corrente que tinha origem na *Levada* e no fantástico complexo hidráulico que os monges construíram para as extensas regas e para o abastecimento da abadia.

³⁸ Ver a fantástica obra "*Património da Humanidade em Portugal*" de João Paulo Sacadura e Rui Cunha. Editorial Verbo, 1999.

³⁹ Inês, dama de companhia da Rainha D. Constança, era bisneta do Rei D. Sancho IV de Castela (por via ilegítima), sendo que, como é sabido, o Rei D. Pedro era neto desse Rei, sendo, portanto, primos ainda que não em primeiros graus. Para mais desenvolvimentos da linhagem aristocrata da Rainha Inês, e parentesco de ambos, ver "*Inês de Castro*" de António de Vasconcelos, 1928, Coimbra.

⁴⁰ Sendo exemplares de escultura tumular de meados do Séc. XIV, já com 665 anos – portanto, de um período não comparável com a majestade e o requinte de talha que encontraremos, mais tarde, já na fase renascentista ou barroca europeia, e das quais também há extraordinários exemplos em Portugal – uma tal exuberância escultórica medieval apenas é comparável a alguns existentes (do mesmo período histórico) em Inglaterra e em França.

⁴¹ E o padroeiro dos gagos que, como sabemos, D. Pedro também era.

⁴² Em, 1810, mas não apenas nessa altura. De facto, também na altura da extinção das ordens religiosas e do desmantelamento e destruição dos mosteiros e conventos, sobretudo após 1834/35, os túmulos sofreram danos irreparáveis.

⁴³ Tal como em Notre Dame de Paris.

⁴⁴ Alude-se ao título de Rainha porque, do que se sabe da interpretação dos documentos e dos factos históricos – e ao contrário do que o jurista João das Regras invocaria mais tarde nas Cortes – é que, com significativa probabilidade, o Rei terá mesmo casado com Inês de Castro, legitimando, assim, os filhos de ambos como Príncipes Reais, Afonso, João, Dinis e Beatriz, nascidos entre 1348 e 1354. A par de outros aspectos, e sobre o famoso juramento do Rei em Cantanhede, em 1360, ver Hermano Saraiva, programa de 1997, e Cristina Pimenta, no seu notável "*D. Pedro I*", 2005.

⁴⁵ E o da Rainha com representações humanas.

⁴⁶ Bem como dezenas e dezenas de obras musicais, óperas e escritos poéticos – como os próprios ilustríssimos *Lusiadas*, no Canto IV, no qual Camões lhe dedica 20 estrofes – durante os séculos seguintes ao assassinato de Inês.

⁴⁷ E que se encontra no Museu de Belas Artes de Lyon.

⁴⁸ Nunca é fácil, numa tal matéria, diferenciar com absoluta clareza o que é facto e o que as lendas históricas acresceram. Sabe-se, claro, o que terá especialmente motivado a ordem de D. Afonso IV para mandar assassinar Inês – a questão da influência da família Castro quer nos destinos de Portugal como nos de Castela, por causa da revolta da nobreza galega e castelhana que envolveu o próprio D. Pedro de Portugal, então príncipe, na sucessão do trono de Castela, cujo rei, também Pedro, era sobrinho do monarca Português – e os interesses (político e económicos) que Álvaro Gonçalves, Pêro Coelho e Diogo Lopes Pacheco teriam quando executaram a ordem do monarca. O que é inelutável, é que este facto mudou a história de Portugal.

⁴⁹ Estavam em Castela refugiados, mas posteriormente capturados num acordo entre os dois Reis peninsulares. Diogo Lopes de Pacheco, acossado, fugiu para Castela e depois para França.



Prémios '24

R E V I S T A  D A

A R M A D A

Presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional (CEMA e AMN), Almirante Jorge Nobre de Sousa, realizou-se no passado dia 11 de abril, no salão nobre do seu Gabinete, a cerimónia de entrega dos Prémios da *Revista da Armada* (RA) referentes ao ano de 2024 – um momento de reconhecimento público aos colaboradores que mais se destacaram na valorização desta publicação histórica da Marinha Portuguesa.

Estiveram presentes o Vice-CEMA, VALM Soares Ribeiro; o Diretor da Comissão Cultural da Marinha, VALM Bastos Ribeiro; o Diretor da *Revista da Armada*, CALM Dias Gonçalves; bem como outros Oficiais Gerais, membros do Gabinete do CEMA e elementos da guarnição da RA. A cerimónia contou ainda com a presença do CALM Leiria Pinto, membro do júri.

Foram então distinguidos os seguintes colaboradores:

- **Prémio Almirante Pereira Crespo** (melhor Colaborador): atribuído ao Dr. Luís da Costa Diogo, pelo seu contributo regular com artigos nas rúbricas *Direito do Mar e Direito Marítimo, Gentes, Monumentos e Acontecimentos*, e pelo artigo *Tomar e os Templários*.
- **Prémio Comandante Joaquim Costa** (melhor Artigo): entregue ao CTEN M REF Adelino Rodrigues da Costa, pelo artigo *25 de Abril de 1974 – O Dia Inicial, Inteiro e Limpo*, evocando com oportunidade e emoção o cin-

quentenário da Revolução dos Cravos, publicado na RA nº 594, abril de 2024.

- **Prémio Comandante Sousa Machado** (melhor Desenho): distinguido o Eng. Vasco Ferreira, pela ilustração do artigo *Dom Francisco de Almeida*, publicado na RA nº 599 set/out 2024, cuja originalidade e criatividade conferiram um valor acrescentado à publicação.

Após a entrega dos prémios, o Almirante CEMA e AMN iniciou o seu discurso com palavras de agradecimento e felicitação aos premiados, destacando a importância da RA enquanto elo entre marinheiros e como instrumento essencial na divulgação das atividades da Marinha e da AMN. Exultou o facto de que, desde 1971, data da sua criação, a Revista tem vindo a cumprir os propósitos de manter a ligação entre antigos e atuais elementos da Marinha, a Família Naval e a sociedade civil, promovendo os valores marinheiros e da maritimidade nacional.

Refletiu ainda sobre a riqueza humana e intelectual da Marinha, sublinhando que “a nossa Marinha não para de surpreender”. Finalizou deixando uma mensagem de agradecimento a todos os colaboradores e leitores da RA, com o desejo de que continuem a inspirar-se e a inspirar os outros, começando conversas com: “Li no outro dia na revista que...”.



ASPOF TN (DSG) Eva Ferreira



ENCERRAMENTO DAS CELEBRAÇÕES 25º ANIVERSÁRIO DO CENTRO DE MEDICINA NAVAL



Um ano após o início das comemorações do seu 25º aniversário, o Centro de Medicina Naval (CMN) encerrou as celebrações com um balanço muito positivo de um ano repleto de atividades memoráveis. As festividades, que se iniciaram a 3 de março de 2024, com uma cerimónia presidida pelo VALM Soares Ribeiro, o então Superintendente do Pessoal, e que contou com a presença dos antigos Diretores do CMN, culminaram num ano de iniciativas que fortaleceram o espírito de camaradagem, aumentaram o sentido de pertença e celebraram o legado da unidade.

O “tiro de partida”, em janeiro de 2024, foi dado pela Banda da Armada, com a qual se realizou um *team building*, seguiu-se uma descida do rio Zêzere em kayak, em fevereiro e, em março, reuniram-se num jantar, no Clube Militar Naval, muitos militares e civis que serviram no CMN nos últimos 25 anos.

O Desafio Artístico “Um olhar sobre a Saúde Naval”, em parceria com a Direção de Saúde e a Revista da Armada, atribuiu prémios e menções honrosas nas categorias de Fotografia e Artes Plásticas, com a colaboração do Mestre aquarelista Lemos Gomes. Todas as obras premiadas foram publicadas mensalmente na Revista da Armada, assim como artigos detalhados sobre cada departamento do CMN: Saúde Operacional, Cuidados de Saúde Primários, Saúde Ocupacional e Departamento de Apoio.

Foram organizadas visitas guiadas a diversas unidades da Marinha, como a Direção de Navios, o Arsenal do Alfeite, a Fragata *D. Fernando II e Glória*, o Submarino-museu *Barracuda*, o Aquário Vasco da Gama, o Planetário de Marinha e o Laboratório de Explosivos.

A Academia de Marinha acolheu, em outubro de 2024, uma sessão solene com uma palestra proferida pelo primeiro Diretor do CMN, CMG MN REF Cardoso Tavares.

No encerramento das comemorações, em março de 2025, foi inaugurada pelo Superintendente do Pessoal VALM Proença Mendes, a ala norte do piso administrativo do CMN, recentemente renovada. Foi também lançado um livro virtual, com o objetivo de celebrar o legado da Unidade neste quarto de século. Concebido como uma obra aberta e dinâmica, este livro homenageia todos aqueles que contribuíram para o sucesso do CMN e reúne testemunhos de militares e civis que serviram no CMN, acompanhados de fotografias e testemunhos pessoais.

As comemorações do 25º aniversário do CMN foram um tributo à história e ao futuro da Saúde Naval, reforçando o compromisso da unidade com a excelência e o bem-estar dos militares da Marinha.



Filipa Soares Albergaria

CMG MN





CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ARMADA

ENCERRAMENTO DO ANO DESPORTIVO 2024

Presidida pelo Superintendente do Pessoal (SP), VALM Proença Mendes, realizou-se no passado dia 20 de fevereiro, no pavilhão do Centro de Educação Física da Armada (CEFA), a Cerimónia de Encerramento do Ano Desportivo de 2024.

Antes do evento, realizaram-se os jogos finais do escalão masculino do Campeonato da Marinha de Voleibol, envolvendo as equipas da Unidade de Apoio às Instalações Centrais da Marinha (UAICM), do Corpo de Fuzileiros (CF), da Base Naval de Lisboa (BNL) e da Escola Naval (EN), tendo-se sagrado vencedora a equipa da UAICM.

A cerimónia que contou com as presenças do Diretor do CEFA, CFR SEG Nunes da Silva, do Diretor de Formação, o CMG Moreira Silva e do Diretor de Transportes, o CMG EN-MEC Rodrigues Marques, assim como representações das entidades dos agrupamentos desportivos participantes, teve início às 12:00h, com a entrega de prémios do escalão masculino do Campeonato da Marinha Voleibol e do Troféu Desportivo da Marinha 2024, que, desta vez, coube ao Corpo de Fuzileiros.

Na sua alocução, o VALM SP salientou o facto de as competições desportivas terem como objetivos a promoção da prática desportiva e o desenvolvimento do espírito de

grupo, da autodisciplina, da resiliência e da camaradagem, além de permitirem selecionar atletas para representar condignamente a Marinha nos campeonatos nacionais militares. Lançou, por isso, a todas as entidades presentes, um desafio e um apelo, no sentido de darem ao seu pessoal condições para competir e, mais importante do que isso, incentivos para o fazer, tendo, ainda, aproveitado a ocasião para assinalar o recente Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada nº 4/25, de 3 de fevereiro, que altera as normas relativas às Provas de Aptidão Física (PAF).

É de referir que em 2024 realizaram-se 8 campeonatos da Marinha nas modalidades de futsal, corrida de estrada, voleibol, tiro de pistola, tiro de espingarda, orientação, corta-mato e natação, com organização do CEFA, à exceção do campeonato de tiro de espingarda que foi organizado pelo Corpo de Fuzileiros.

A cerimónia terminou com um almoço-convívio na Escola de Tecnologias Navais, cujo comando também se associou à efeméride.



Colaboração da **DIREÇÃO DE FORMAÇÃO**
e do **CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ARMADA**





VIGIA DA HISTÓRIA ~ 145

CONDENADOS ÀS GALÉS

Na primeira metade do sec. XIX existia, em Moçambique, uma prática invulgar, mas nem por isso menos cruel, na forma como os escravos eram ali tratados. Qualquer um dos “donos” dos escravos, ou até mesmo os empregadores de escravos forros, podiam requerer que normalmente tal, era aceite pelas autoridades, quando um deles cometesse uma falta, por mais insignificante que ela fosse, desde que não caísse na alçada da Lei, passasse a servir nas galés, sendo que a duração da pena era arbitrária e, na maior parte dos casos, dependia da vontade, ou interesse, do assim chamado proprietário, estando a respetiva libertação dependente igualmente de despacho favorável do Governador, o que, diga-se em seu abono, se verificava na quase totalidade dos casos de que se tomou conhecimento.

Em julho de 1830 o Governador de Lourenço Marques, recentemente empossado no cargo, oficiava ao Governador de Moçambique informando-o sobre tal prática e do facto de que, como escreveu:

“Contudo não está em prática dar-se-lhes (aos condenados) cousa alguma durante o tempo que existem nas galés, quando em toda a parte as galés têm vencimento, e conhecendo eu ser isto uma desumanidade, o não se lhes dar, ao menos o sustento diário ... é o motivo porque levo o assunto ao conhecimento de V.^a Ex.^a”.

A condenação para o serviço das galés não era uma pena exclusiva de escravos ou de negros forros e, pelo menos aparentemente não deveria ser, apesar de tudo o que se

referiu, o pior castigo aplicado naquele território e isto porque, em 12 de Setembro de 1829, o marinheiro Rodrigo Amâncio Soares, tendo sido condenado, por roubo, à pena de degredo no Zumbo, distrito da província de Tete, na fronteira com a Zâmbia, requereu ao Governador de Moçambique que a pena de degredo fosse comutada na pena de serviço nas galés, requerimento este que, no entanto, não logrou deferimento, o que parece confirmar o que atrás se referiu quanto à dureza da punição.

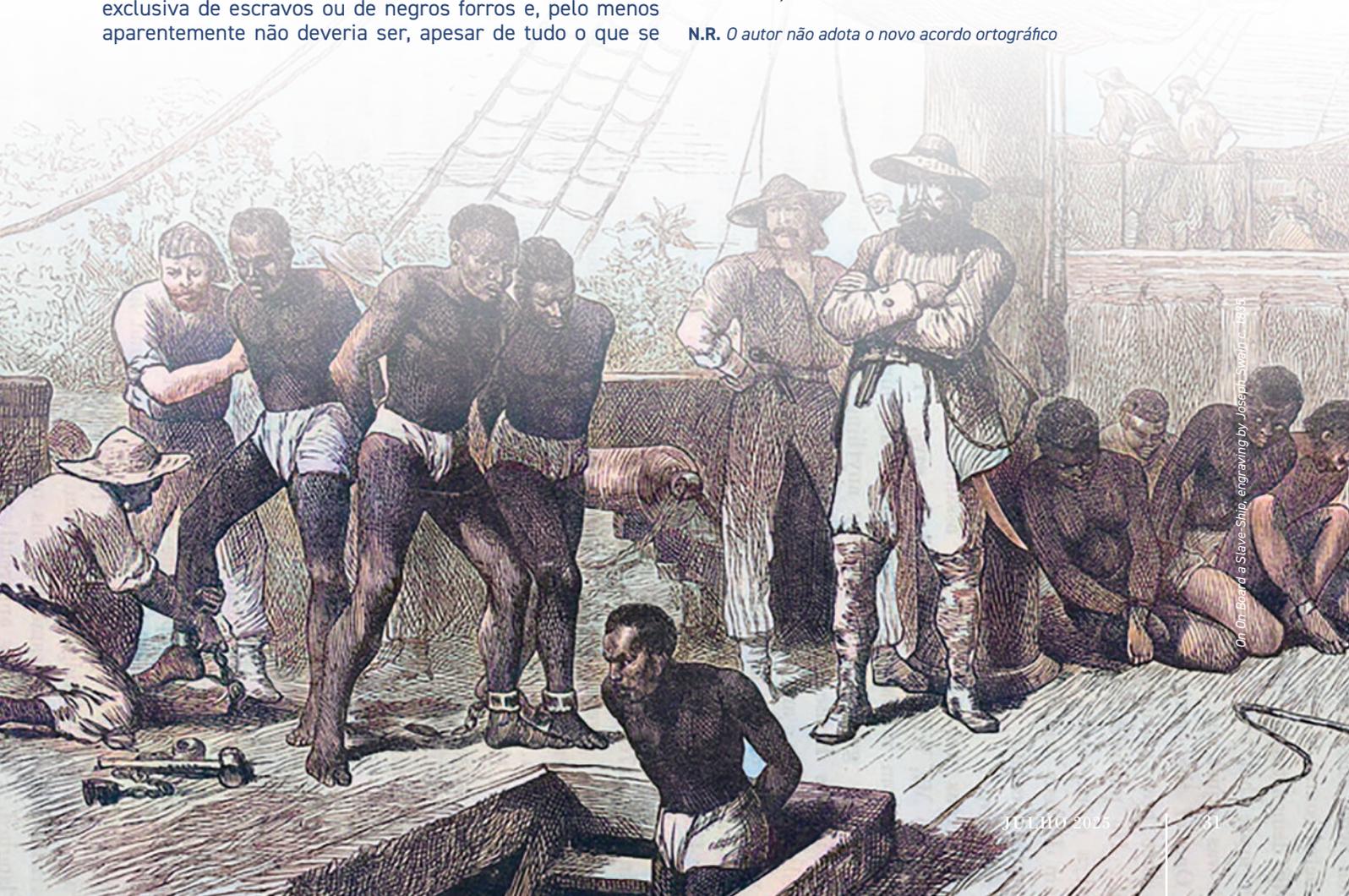
Não consegui encontrar qual o despacho que terá recaído na exposição do Governador de Lourenço Marques, mas não me surpreenderia por aí além que, se acaso fosse atribuída qualquer verba para alimentação dos escravos naquelas condições, fossem os respetivos donos, se para isso tivessem oportunidade, a ficar com parte delas, como aliás sucedia com os respetivos vencimentos quando os matriculavam, como tripulantes, nos navios mercantes.



Cmdt E. Gomes

Fonte: Documentação Avulsa Moçambicana existente no Arquivo Histórico Ultramarino, Vol. 2

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico



On Board a Slave Ship, engraving by Joseph Swanwick (1815)



CONVÍVIOS E ENCONTROS

NRP MAGALHÃES CORRÊA | 1ª GUARNIÇÃO



No passado dia 26 de abril, realizou-se no pavilhão multiusos do Biscainho, concelho de Coruche, o tradicional convívio da primeira guarnição do NRP *Magalhães Corrêa*.

Aos elementos da guarnição original e seus familiares, juntaram-se muitos outros elementos das guarnições posteriores, bem como muitos militares desta região do Ribatejo que passaram pela nossa Briosa, num total de 130 presenças.

Presidiram ao evento o Almirante Melo Gomes e esposa, a Vice-presidente da Câmara de Coruche, Dr^a Fátima Galhardo e o Presidente da Junta de Freguesia do Biscainho, Joaquim Paulino e esposa.

A iniciativa foi mais uma vez liderada pelos antigos marinheiros da 1ª Guarnição: João Faria, artilheiro, José Veríssimo, torpedeiro, e Horácio Antunes, taifa, e a organização festiva esteve a cargo do António Serrão, antigo marinheiro condutor de máquinas, que serviu na Guiné a bordo da *Alvor*.

A reunião inicial fez-se junto ao monumento aos combatentes do Ultramar inaugurado no dia anterior, por ocasião das celebrações do 25 de abril. Foi depositada uma coroa de flores expressando sentida homenagem de todos os presentes para aqueles que na glória de Portugal serviram com honra e sem olhar recompensa.

No excelente almoço que se seguiu, preparado pelos representantes da Comissão de Festas em honra de S. João Batista do Biscainho-Coruche, refletidos na pessoa da D. Mafalda Cecílio, os presentes tiveram a oportunidade de conviverem e recordar façanhas dum passado valoroso e que muito nos aproximam pelo amor de servir a nossa Armada e o País. Nas iguarias apresentadas e saboreadas não podia faltar o tradicional bolo naval com a imagem do navio.

No final, o Almirante Melo Gomes discursou saudando todos os presentes e elogiando a iniciativa, exortando a que nunca se perca o sabor do mar e o saudável espírito de camaradagem e amizade de quem serviu ou serve a Marinha. Proa ao Mar!

Seabra de Melo
CALM REF



DIA INTERNACIONAL DO ENFERMEIRO JANTAR-CONVÍVIO

Decorreu no passado dia 12 de maio, Dia Internacional do Enfermeiro, um encontro de Enfermeiros no Clube Militar Naval.

Organizado pela Marinha, este jantar-convívio teve como objetivo juntar enfermeiros dos três Ramos das Forças Armadas e civis que desempenham funções na estrutura militar, mostrando assim a união inter-ramos.

Um agradecimento muito especial ao Clube Militar Naval pela elevada competência demonstrada e pela recetividade para este tipo de eventos.

Obrigado a todos os Enfermeiros!

MARINHEIROS DO CONCELHO DO SABUGAL XXIX ENCONTRO-CONVÍVIO

Vai realizar-se no dia **2 de agosto**, o XXIX encontro-convívio dos Marinheiros do concelho do Sabugal, que terá lugar na freguesia de Alfaiates.

Para mais informações, os interessados deverão contactar: Adérito Alves TM 913 977 205, Rui Tavares TM 964 659 259 ou através do email: ruimftavares@hotmail.com

AVISO



QUARTO DE FOLGA

JOQUEMOS O BRIDGE

Nº 6

S joga 6♠ recebendo a saída ao K♦. Analise atentamente as 2 mãos e decida como deve jogar para cumprir o contrato.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA Nº 6

Temos 11 vazas ganhanças, 7 a trunfo, 2 a Copas, 1 a Ouros e 1 a Paus. Como poderemos conseguir a vaza que falta? A solução parece ser jogar um Pau da mão na tentativa de fazer a D do morto, o que terá sucesso se o R estiver em O, um contrato a 50%. Haverá outra linha de jogo que melhore as nossas probabilidades? Vamos começar então por cobrir o K♦ com o A do morto, cortar o segundo Ouro do morto na mão (eliminando assim o naipe) e destruirar duas vezes (os trunfos estavam 2-1 nos adversários). Olhemos então atentamente para as duas mãos. Há algum naipe que seja potencialmente gerador de vazas onde possamos baldar pelo menos um dos nossos Paus perdenças? Sim, o naipe de Copas. Temos 7 cartas em linha com AR pelo que se as restantes Copas estiverem distribuídas 3-3 nos adversários, cortamos uma Copa do morto na mão depois de jogar AR, jogamos um Pau para o A do morto e nas duas Copas apuradas baldamos os dois Paus perdenças da mão, cumprindo o contrato com vaza a mais. Infelizmente a distribuição está 4-2, e como só temos uma entrada garantida no morto (A♦), não conseguiremos entrar uma segunda vez no morto para baldar um Pau da mão na quinta Copa do morto. Assim, teremos mesmo que atacar o naipe de Paus depois de cortar a Copa na mão. A chave está em como o jogar. Se é O que tem as quatro Copas, S deve jogar um Pau em direção ao morto; se O jogar uma carta mais pequena que o 9, S joga esta carta, se O jogar V ou 10 joga a D. Mesmo fazendo a vaza, agora E só pode jogar Ouros para cortar e balda (veja-se a importância da eliminação imediata do naipe de Ouros acima mencionada) ou Paus para a *fourchette* do morto. Se é E que tem as quatro Copas, S vai jogar os Paus do mesmo modo e E tem mais uma opção para além das duas mencionadas acima, que é jogar a sua última Copa. Vai de qualquer forma entregar o contrato pois S cortará essa Copa e de seguida jogará um segundo Pau para o A do morto, baldando o seu terceiro Pau da mão na quinta Copa enquanto apurada do morto.

NORTE (N)

♠	♥	♦	♣
4	A	A	A
3	R	3	D
2	7		9
	5		
	2		

SUL (S)

♠	♥	♦	♣
A	5	6	7
R	3		5
D			2
V			
8			
7			
5			

Nascimento Coelho
Ex-CTEN AN

SOPAS DE LETRAS

Nº 23

- | | |
|---------|---------|
| ESTROPO | FERRAR |
| FIEL | FIO |
| FLUXO | FUNDEAR |
| GALVETA | GAMELA |
| GRUA | GUARDA |
| GOA | GRUMETE |
| HIDRA | IGARA |
| HORA | LADA |

E	S	T	R	O	P	O	U	R	A	R	R	E	F
G	A	M	E	L	A	E	I	A	U	R	G	U	I
A	M	A	R	E	L	H	O	R	A	I	U	F	E
L	H	A	I	S	T	A	L	I	A	D	A	U	L
V	I	E	R	A	D	A	L	T	U	S	R	N	I
E	D	S	U	M	A	R	I	O	A	S	D	D	M
T	R	T	I	F	A	R	A	G	I	F	A	E	E
A	A	I	T	E	R	M	I	N	A	R	A	A	O
I	S	V	E	E	T	E	M	U	R	G	U	R	I
G	O	A	S	U	A	T	I	A	O	X	U	L	F

Dias Matias
SCH CM

SUDOKU

Nº 116

1	8	7	2	6	9	3	5	4
2	5	4	1	3	6	8	7	9
6	9	3	5	7	2	4	1	8
3	4	7	2	9	1	7	8	6
5	1	6	8	3	7	4	9	2
8	7	4	7	5	6	1	2	3
9	2	1	7	2	3	5	4	8
7	6	2	8	4	7	9	3	1
4	3	5	8	9	1	7	2	6

FÁCIL

DIFÍCIL

				5				
			9		2	7		
	5	6			1		6	
	2					7		
	4		2	8				5
	9		7	1			4	3
			8		5	3		
								2
	9							
			4					

FÁCIL

				6			5	
							7	
						4	2	8
							8	7
		1	6	4				
9					1			
	3				7			4
								1
2				9				
	6		7					4
	4		1				9	

DIFÍCIL



NOTÍCIAS PESSOAIS

NOMEAÇÕES

CMG FZ José António da Costa Dias, Comandante da Escola de Fuzileiros • CFR FZ António Paulo da Costa Frescata, Comandante da Base de Fuzileiros • CFR M Filipe Clemente Taveira Pinto, para o cargo «OMC OOFX 0020-STAF OFFICER (SCHEDULER NAMED OPERATION)» no MARCOM, no REINO UNIDO • CFR M Dóris Filipa Ribeiro Fonseca para o cargo OJS PPSX 0040-STAFF OFFICER (INFORMACION MANAGEMENT) no JOINT FORCE COMMAND NAPLES, ITÁLIA • CTEN M Pedro Joaquim Ladeiro Marcelino, Comandante do NRP *SETÚBAL* • 2TEN M Gonçalo Luís Ferreira, Comandante do NRP *Dragão* • 2TEN M Maurício Filipe Afonso Ramos, Comandante do NRP *Pégaso*.

RESERVA

CMG FN Helena Maria Garcia Fernandes • CMG M Vítor Fernando Plácido da Conceição • CMG M Rui Manuel Rodrigues Teixeira • CFR SEH Dinis Manuel Duarte de Oliveira • CFR EN-MEC José Francisco Cordeiro Salgado • CFR STFZ Carlos Manuel Jorge Martins • CFR SEH Dinis Manuel de Oliveira • CTEN EN-MEC Helder João Craveiro Dias • CTEN TS José António Pinto Pereira • CTEN TSN-GES Luís Miguel Nunes da Gloria • SMOR A Luís Carlos Amaral Laranjeira • SMOR T Carlos Mi-

guel da Costa Pedrosa • SMOR ETI José Manuel da Silva Lopes • SMOR ETA José Carlos de Matos Lourenço • SMOR FZ Rogério dos Santos • SMOR A Carlos Ventura de Jesus André.

REFORMA

CALM EME António José Gameiro Marques.

FALECIDOS

13649 CMG M REF João Diogo de Barros e Sousa de Mesquita Macedo de Leitão e Carvalhosa • 153568 CFR SEM REF António da Costa Pires • 683961 CTEN OT REF António Inácio Ramalho Marrafa • 454357 1TEN OT REF Ovídio de Jesus Antão • 96074 SMOR CM REF José Cordeiro Teixeira • 686761 SCH CE REF Francisco Manuel Silvestre • 436456 SAJ M REF Fernando Caetano Ladeira • 908490 SAJ ETS ACT José Nuno Correia Pires Silveiro • 516258 SAJ CM REF Eusébio António Pedro de Oliveira • 163770 1SAR TF REF Carlos Manuel Magalhães de Oliveira Mota • 382755 1SAR CE REF Afonso de Macedo da Costa • 672660 1SAR MQ REF Alberto da Conceição Ferreira Dias • 216653 1SAR MQ REF Clemente Gonçalves Cordeiro • 460257 CAB FZ REF José Gomes Selgas Martins • 7067 CAB CE REF José Francisco Miguel.



Rua Leopoldo de Almeida, Nº 8A • 1º andar • 1760-138 Lisboa • PORTUGAL
 Tel.: (+351)217 520 221 / 3 • Cell: (+351) 969826379 | (+351) 969826387 | (+351) 969826388
 E-mail: geral@lissa.pt • www.lissa-lda.com



CURIOSIDADES

A BIBLIOTECA DO PLANETÁRIO DE MARINHA

O Planetário de Marinha tem uma pequena biblioteca onde existe um espólio de atlas de corpos celestes com fotografias da autoria do Comandante Eugénio Conceição Silva, primeiro Diretor do então Planetário Calouste Gulbenkian, cedido pela sua família, onde se incluem os originais de parte dos seus trabalhos de pesquisa e de astrofotografia. São perto de 1000 títulos disponíveis, muitos deles manuseados e utilizados pelo Comandante que podem ser objeto de consulta no nosso Planetário, por parte de estudantes e investigadores.

Colaboração do Planetário de Marinha



Foto JSAR B. Jorge Silva



MARINHA PORTUGUESA EM SELOS (XIV)

Centenário da Marinha no Alfeite, 2018



- 1147 - Terrenos doados pelo Rei aos Cruzados Ingleses
- 1298 - Integra a Casa do Infantado
- 1758 - Construção do Palácio Real do Alfeite
- 1918 - Entrega à Marinha do Palácio Real e terrenos limítrofes
- 1958 - Criação da Base Naval de Lisboa
- 1986 - Ampliação da Estação Naval
- 2018 - Reconstrução do Jardim do Palácio

no
Alfeite

1918 - 08 de junho - 2018

Inteiro postal e
carimbo
comemorativo
Autor: Francisco
Galamba

Coleção CTT
Correios de
Portugal
Imagens cedidas
por CTT Correios de
Portugal

Os terrenos do Alfeite foram cedidos à Marinha a 8 de junho de 1918 e atualmente integram a Base Naval de Lisboa, local onde vai nascer a “Aldeia Naval” – uma centena de T0 e T1 com “rendas de baixo custo” para o pessoal dos navios e Fuzileiros.



Foto: SCH A. Ferreira Dias

CTEN MN S. Henriques